

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

AYOLSÉ ANDRADE PIRES DOS SANTOS

ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA EX COLÔNIA PORTUGUESA:
O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ARARAQUARA

2022

AYOLSÉ ANDRADE PIRES DOS SANTOS

**ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA EX COLÔNIA PORTUGUESA:
O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR)
como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais,
sob a orientação da Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello

ARARAQUARA

2022

SANTOS, Ayolsé Andrade Pires dos.

Estudo da Questão Agrária da Ex Colônia Portuguesa: O Caso de São Tomé e Príncipe / Ayolsé Andrade Pires dos Santos.
Araraquara, 2022.

96 f. : il., tabs.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello

1. Questão Agrária. 2. Agricultura. 3. Desenvolvimento. 4. São Tomé e Príncipe.

I. Estudo da Questão Agrária da Ex Colônia Portuguesa: O Caso de São Tomé e Príncipe.

AYOLSÉ ANDRADE PIRES DOS SANTOS

ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA EX COLÔNIA PORTUGUESA: O CASO DE SÃO
TOMÉ E PRÍNCIPE

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho,
Programa de Pós em Ciências Sociais da Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito
para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas
Orientador: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello

Data da defesa: 22/06/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello – Departamento de Ciências Sociais
/ Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho / Departamento de Ciências
Sociais / Centro de Educação e Ciências Humanas /
Universidade Federal de São Carlos.

Membro Titular: Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira / Departamento de Geografia /
Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Aos 20 anos de idade, um jovem que acabava de sair do ensino médio decidiu abraçar a primeira oportunidade que lhe aparecera de poder dar continuidade aos seus estudos em uma instituição com melhores condições. Esse jovem sou eu, Ayolsé Santos. Em sete de fevereiro de 2015, deixei São Tomé e Príncipe com destino ao Brasil. Para trás deixei meus pais, irmãos e os melhores amigos sem nem saber quando os voltaria a ver, sem saber o que encontraria pela frente. Foi a primeira vez que entrei um avião tão grande, que até não acreditava que aquilo poderia voar. Minutos depois, lá do alto, pela janela do avião, via longe todas aquelas pessoas queridas, em quem um último abraço eu havia dado. Naquele momento, tive a certeza de que dali em dia não tinha mais a mãe, o pai, os irmãos ou os amigos por perto, dali em diante, soube que era a hora de aprender a me virar sozinho.

Na Universidade Federal de São Carlos me graduei, foram cinco anos de muito aprendizado e adaptações. Durante a caminhada, nem tudo foi fácil, vontade desistir em algum momento nunca faltou, fosse pela saudade dos que deixei pra trás ou fosse pelas dificuldades de ultrapassar os obstáculos que a vida coloca no caminho da gente. Ali fiz novos amigos, nova família, conheci tantos outros com a mesma trajetória e a saída era sermos uns para os outros sempre que possível aquele pai, aquela mãe, aqueles irmãos e amigos que deixamos. Quando vinha aquela triste notícia que lá do outro lado do oceano, lá bem longe, onde não dava pra ir de táxi, tínhamos acabado de perder um ente querido, fomos uns para os outros o ombro consolador.

Após graduar, talvez seria a hora de voltar, mas a necessidade de me qualificar melhor falou mais alto, foi assim que decidir trilhar novos desafios. Entrei para o curso de mestrado. Contudo, essa longa caminhada não seria possível sem o apoio incondicional da mãe, do pai, dos irmãos e dos amigos. Só foi possível porque também do lado de cá, no Brasil, tive apoio incondicional dos novos amigos, dessa nova família.

Quero agradecer aos meus pais por todo os esforços que têm feito para que eu tenha acesso a uma educação de qualidade. Aos meus pais e aos irmãos, meus mais sinceros agradecimentos.

Este trabalho não seria possível sem o apoio imensurável que recebi de Ayana Cristina, que me ajudou na produção das tabelas e figuras, e de Leocádia Reis, que me facultou o acesso às instituições em São Tomé e Príncipe. A essas pessoas, meus maiores agradecimentos. Porém, não teria chegado até aqui se não fosse a minha orientadora Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello, a quem agradeço por ter aceitado esse desafio que é orientar um trabalho sobre um país estrangeiro com realidades diferentes das do Brasil, país em que ela nunca esteve.

Por último, e não menos importante, quero agradecer a todos os amigos e colegas que sempre me apoiaram direta e indiretamente durante essa empreitada.

RESUMO

A questão agrária em São Tomé e Príncipe apresenta configurações distintas quando comparadas a outros países. Durante cinco séculos de colonização portuguesa no arquipélago, as terras foram exploradas apenas para produção de matérias primas para exportação sem quais quer preocupação em promover espaço de vida digno. O período colonial foi caracterizado por uma economia primária exportadora, monocultura e fraco investimento em infraestruturas, bem como no desenvolvimento social, o que demonstra que os portugueses apenas enxergavam essas ilhas como um lugar de exploração do solo, e não como um espaço de vida. Após a independência do país em 12 de julho de 1975 todas as terras sob jugo colonial passaram a posse do Estado recém-nascido com a promessa de uma vida melhor aos antigos colonizados, dando continuidade a uma economia primária exportadora herdada da era colonial, algo que se mantém até os dias atuais. Hoje, 47 anos após a tomada da independência, poucas foram as mudanças significativas nas estruturas agrárias atuais em relação às do período colonial. A promessa do Estado de uma reforma agrária assente no progresso e na justiça social visando a criação de um homem novo na sociedade tem ficado aquém das expectativas. São Tomé e Príncipe continua sendo nos dias de hoje um país primário exportador, sendo o cacau o principal produto exportado. Por outro lado, o país é caracterizado por uma pobreza generalizada e condições de vida precárias, principalmente nas zonas rurais. O clientelismo político associado à falta de vontade política e à corrupção são os principais fatores que têm contribuído para o fraco desenvolvimento social nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Esse estudo conclui que o problema agrário a ser superado pelo Estado santomense assentasse na necessidade de um novo reordenamento fundiário com implementação de políticas públicas de fortalecimento à agricultura familiar de modo a romper com a dependência de importação de produtos alimentícios, bem como, políticas públicas no que tange ao desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento rural.

Palavras-Chave: Questão Agrária. Agricultura. Desenvolvimento. São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT

The agrarian question in São Tomé and Príncipe presents different configurations when compared to other countries. During the five centuries of Portuguese colonization in the archipelago, the lands were exploited only to produce raw materials for export without any concern to promote a decent living space. The colonial period was characterized by a primary exporting economy, monoculture, and weak investment in infrastructure, as well as in social development, which shows that the Portuguese only saw these islands as a place of land exploitation, and not as a space of life. After the country's independence on July 12, 1975, all the lands under colonial rule passed into the possession of the newly born State with the promise of a better life for the former colony, continuing a primary exporting economy inherited from the colonial era, something that remains to the present day. Today, 47 years after gaining independence, there have been few significant changes in current agrarian structures in relation to that of the colonial period. The State's promise of agrarian reform based on progress and social justice aimed at creating a new man in society has fallen short of expectations. São Tomé and Príncipe remains today a primary exporting country, with cocoa being the main exported product. On the other hand, the country is characterized by widespread poverty and precarious living conditions, especially in rural areas. Political clientelism associated with a lack of political will and corruption are the main factors that have contributed to the poor social development in the islands of São Tomé and Príncipe. This study concludes that the agrarian problem to be overcome by the State of São Paulo was based on the need for a new land reordering with the implementation of public policies to strengthen family agriculture to break the dependence on imports of food products, as well as public policies regarding socioeconomic development and rural development.

Keywords: Agrarian Question. Agriculture. Development. São Tome and Príncipe.

LISTA DE SIGLAS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAPDR	Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
NuPER	Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programa de Ajuste Estrutural
PPADPP	Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades
UE	União Europeia

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Localização geográfica das ilhas de São Tomé e Príncipe	13
Imagem 2. Mapa ilustrativo da partilha de África.	26
Imagem 3. Fortaleza de São Sebastião na ilha de São Tomé.....	33
Imagem 4. Administração da antiga roça Monte Café na ilha de São Tomé.....	34
Imagem 5. Secador de cacau da antiga roça Monte Café na ilha de São Tomé.	34
Imagem 6. Casa dos agricultores e moradores na roça Monte Café.	56
Imagem 7. Feira em São Tomé e Príncipe, mercado Côco-Côco na ilha de São Tomé.	57
Imagem 8. Venda no espaço externo na capital de São Tomé.....	58
Imagem 9. Falta de acesso à água canalizada na comunidade de Pantufo na ilha de São Tomé.....	69
Imagem 10. Baía de Ana Chave na capital de São Tomé.	70
Imagem 11. Capital de São Tomé.....	71
Imagem 12. Alagamento no bairro Satón em São Tomé.	71
Imagem 13. Localidade de Neves no Norte em São Tomé.....	72
Imagem 14. Ilhéu Boné de Jockey	73
Imagem 15. Praia Tamarindos na ilha de São Tomé.	73
Imagem 16. Lagoa Azul.....	74
Imagem 17. Parque natural Obô em São Tomé	75
Imagem 18. Cascata S. Nicolau.	75
Imagem 19. Rio Malanza São Tomé.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Órgão que compõem o MAPDR.	45
Figura 2. Serviços do MAPDR.	46
Figura 3. Relação do MAPDR com as Instituições de apoio à agricultura.	46
Figura 4. Esquema da conjuntura atual do agrário santomense.	50
Figura 5. Entrada e saída do capital estrangeiro.	51
Figura 6. Relação entre Estado e agricultores.	52
Figura 7. Mapa de S. Tomé (1655) feito pelo holandês Johannes Vigboons.	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Crescimento dos setores e atividades em 2020.....	20
Gráfico 2. Comparação de acidentes de viação primeiro semestre de 2019 – 2020.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Evolução da Exportação e do Preço Mundial de Cacau Comercial após a Evolução da Exportação e do Preço Mundial de Cacau Comercial após a Independência política do país.....	18
Quadro 2. Empresas de transformação de produtos agrícolas em funcionamento em São Tomé e Príncipe.	59
Quadro 3. Relação de produtos nacionais e importados.	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I	23
QUESTÃO AGRÁRIA: INTRODUÇÃO AO DEBATE	23
1.1 AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COLONIAL	31
1.2 AS ESTRUTURAS AGRÁRIAS APÓS A INDEPENDÊNCIA.....	35
1.2.1 A reforma agrária e o acesso à terra.....	36
1.2.2 Outras formas de acesso à terra: processo de formação do agricultor familiar em São Tomé e Príncipe	41
CAPÍTULO II	45
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL: ORGANIZAÇÃO E AÇÃO	45
2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE ATUAL.....	47
2.2 MODELO DE PRODUÇÃO E FINANCIAMENTO	52
2.3 PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR	54
2.3.1 As Feiras	57
2.4 EMPRESAS AGRÍCOLAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	59
CAPÍTULO III	61
PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR	61
3.1 AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR: AS CONTRADIÇÕES ATUAIS.....	63
3.2 NOVO REORDENAMENTO FUNDIÁRIO E NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.....	64
3.3 A PRECARIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL E POLÍTICAS DE MELHORIA DE VIDA ...	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXO A – Tabelas de Projetos Ecossistemas e Biodiversidade STP	85

INTRODUÇÃO

Esse estudo é fruto do contato que tive com o debate sobre a questão agrária brasileira desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER)¹ durante o período da graduação. Os debates e os estudos desenvolvidos pelo núcleo suscitaram o interesse em estudar de forma sistemática a questão agrária na realidade de São Tomé e Príncipe, meu país de origem. Desse modo, este trabalho também surge da necessidade de se ter no país um estudo acadêmico específico sobre a questão agrária, algo ainda pouco estudado e debatido ali.

A compreensão da questão agrária em São Tomé e Príncipe só é possível mediante uma análise de dois momentos específicos do processo histórico da formação do país, que são: o período colonial, quando da chegada dos portugueses e sua instalação, e o período pós-colonial, que se iniciou com a tomada da independência em 12 de julho de 1975. Durante o período colonial, as terras foram usadas unicamente para produção de produtos primários para exportação (QUARESMA, 2017; ESPITO SANTO, 2008). Após a independência, o Estado deu continuidade a esse modelo de economia primária exportadora, acreditando que esse seria o caminho para o crescimento econômico e, portanto, do desenvolvimento social. Porém, esse modelo de economia não tem tido resultados satisfatórios, colocando o país em uma situação de dependência financeira dos parceiros internacionais (ESPIRITO SANTO, 2008).

São Tomé e Príncipe é um arquipélago composto por duas ilhas principais (ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe) e algumas pequenas ilhotas, situado à oeste do continente africano, concretamente no Golfo da Guiné. É atravessado pela linha do equador na região sul da ilha de São Tomé. Possui um clima equatorial úmido com apenas duas estações: a chuvosa durante um período nove meses, que ocorrem entre setembro e junho, e a Gravana (relativamente seca), entre junho e setembro. Possui um solo fértil favorável às práticas agrícolas, com uma área total de 1001 km². A ilha do Príncipe localiza-se a nordeste de São Tomé, a uma distância de 145 km.

¹ Entrei para o NuPER no final de 2016, quando terminava o meu segundo ano de graduação. Dentro do núcleo, tive contato com debates promovidos sobre a questão agrária brasileira. Foi ali que tive meu primeiro contato com essa questão. A partir desse momento, os debates me fizeram refletir sobre o contexto do meu país e me deparei com o fato de que a questão agrária em São Tomé e Príncipe é um assunto pouco debatido, o que, por sua vez, suscitou em mim o interesse em estudá-la de maneira sistemática.

² Ilha de São Tomé possui 859 km² e a ilha de Príncipe 142 km².

Imagem 1. Localização geográfica das ilhas de São Tomé e Príncipe



Fonte: INDEPENDÊNCIA..., c2022.

Com relação à demografia, possui uma população de 210240³ habitantes com estimativa de alcançar 284293 até 2035. No que tange à distribuição da população no espaço rural e urbano, os dados apontam que o número da população urbana em 2020 era de 143055, totalizando 68%, e a rural 67185, totalizando 32%.

A base da economia provém dos serviços, agricultura, pesca e pecuária. Embora o país tenha solo fértil para o bom desenvolvimento da agricultura, a população como um todo ainda vive em estado de pobreza (SOUSA, 2009). Isso deve-se ao fato de que a produção local de alimentos é insuficiente para abastecer o mercado local, gerando dessa forma a necessidade de importação dos bens alimentícios, bem como dos demais produtos industrializados, o que tem gerado elevado custo de vida que, ao mesmo tempo, não condiz com o salário-mínimo⁴. Silva (2014) confirma essa realidade ao constatar em seu estudo sobre a segurança alimentar que:

A fraqueza de STP reside na incapacidade de poder auto-sustentar-se, embora possua uma variada gama de produtos internos, as importações são muito superior as exportações, ou seja, aquilo que produz não chega para suprir as necessidades (SILVA, 2014, p. 25).

³ Número da população em 2020 informado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

⁴ Salário-mínimo em São Tomé e Príncipe e de 1200 Dobras (Dbrs), equivalente a 50 Euros.

Na entrevista realizada em julho de 2021 com Sr. Idalécio, representante da Direção da Pecuária, foi narrada a história da pecuária no país, que remonta aos tempos coloniais. O setor sempre foi marginal, tendo em conta que a produção agrícola era o objetivo principal dos colonos. Durante a colonização, os animais foram levados às ilhas para o consumo e produção do estrumo, sendo usados para manter o mato limpo⁵. Conta-se que não havia muitos animais, e os que havia, eram pequenos, como cabra, porcos, galinha e pato.

Com a independência e, posteriormente, a divisão das roças para os pequenos agricultores, a pecuária passou a ser desenvolvida de maneira individual e o papel do Estado limitou-se a prestar pequenos apoios no que concerne aos tratamentos dos animais; isso se mantém atualmente. A pecuária em São Tomé e Príncipe, atualmente, é praticada por pessoas com e sem apoio do Estado. Segundo o entrevistado, o Estado auxilia os produtores no combate às doenças e na importação dos animais, que depois são repassados aos produtores locais. Atualmente, a intervenção da Direção da Pecuária é “percorrer a zona sul, zona norte e zona centro para ver quais são os problemas que existem, mais focados em parasitas”. Zonas sul, norte e centro são os lugares onde predomina a criação de gado bovino, suínos e caprinos, com maior destaque para zona sul.

Percebe-se uma desorganização na forma como o Estado tem lidado com o setor pecuário no país, e isso poderá causar o desaparecimento desse setor em um futuro próximo, segundo o entrevistado. O Estado não tem uma organização, no que diz respeito ao ordenamento territorial, para criação de animais. A não delimitação de áreas para criação e áreas para urbanização tem feito com que espaços apropriados para criação sejam ocupados por moradias. Além disso, o Estado não tem o controle da criação animal, tanto que não foi possível obter dados exatos sobre essa atividade.

Agricultura e pesca constituem as principais atividades econômicas do país. As comunidades instaladas no litoral são as mais voltadas para as atividades pesqueiras. Neves, Santa Catarina, Pantufo, Praia Melão, Angra Tôdó, Praia Gamboa, na ilha de São Tomé, e algumas regiões da capital, são as que mais se destacam. Porém, a ilha de Príncipe é conhecida como o lugar de melhores peixes. Grande parte dos peixes da ilha de Príncipe são trazidos para São Tomé para ser comercializada (comércio de peixe salgo). Os santomenses que têm familiares na ilha de Príncipe preferem que esses lhes mandem o peixe. Isso deve-se ao fato de que os peixes, mais caros em São Tomé, são mais baratos na ilha de Príncipe.

⁵ Expressão usada corriqueiramente para a terrenos sem capim.

A atividade pesqueira é desenvolvida por pescadores individuais; alguns usam pequenos botes com motor, outros usam canoa de remo feita de madeira de Ócá⁶. A grosso modo, a pesca em São Tomé e Príncipe é desenvolvida de forma artesanal.

A atividade de pesca é feita pelos homens, que depois vendem às senhoras, que irão revender os peixes nas feiras para o consumidor final. Em alguns momentos, os pescadores vendem ao consumidor final, mas estes terão de fazer a compra diretamente nas praias. A Praça da Independência, na capital do país, é um dos pontos onde a compra dos pescados pode ser direta, com o pescador. Segundo o site de notícia Voa Português, o mercado interno de peixe é abastecido por cerca de três mil pescadores artesanais (MEDEIROS, 2021).

Por outro lado, o Estado tem permitido que países em relações bilaterais pesquem no mar santomense. Por praticarem a pesca industrial, a escassez de peixe já começou a se fazer sentir⁷. A subida de preço de peixe no mês de julho de 2021 na ilha São Tomé foi uma das consequências visíveis de que a pesca industrial tem trazido prejuízos ao país.

A chegada dos colonos portugueses à ilha de São Tomé data de 1471, e de 1472 na ilha de Príncipe. Estruturou-se a partir de uma economia primária exportadora baseada, em um primeiro momento, na mão de obra escrava, e após o término da escravidão, a mão de obra passou a ser substituída pelos trabalhadores contratados provenientes das outras colônias portuguesas (Angola, Cabo-Verde e Moçambique). Alguns estudos apontam que, antes da chegada dos portugueses à ilha, não havia população local, e que os primeiros habitantes foram levados pelos portugueses com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar (SEIBERT, 2015). A mão de obra levada ao país nesse primeiro momento foi proveniente dos países da costa oeste do continente, principalmente do Benin, Congo e Angola no ano de 1493, quando se dá a colonização efetiva (SEIBERT, 2015).

Da formação do país aos dias atuais, a agricultura sempre foi a base da economia (BARBOSA, 2001). As estruturas econômicas estiveram alicerçadas na exploração do solo para produção de bens primários destinados à exportação para as metrópoles e, no atual contexto do país, essas estruturas se mantiveram (MIRANDA et al., 2012).

A primeira monocultura introduzida foi o ciclo da cana-de-açúcar nos finais do século XV, com término em meados do século XVII, fruto de revoltas dos escravizados, que destruíram os engenhos e, também nessa altura, o Brasil mostrou-se mais rentável a essa cultura, fazendo com que os portugueses transferissem o cultivo de cana para as terras recém-chegadas (QUARESMA, 2017;

⁶ É a árvore mais utilizada na produção de canoas artesanais.

⁷ Não foi empenhado um estudo minucioso de maneira a entender os acordos sobre a pesca que o Estado santomense tem assinado.

FURTADO, 1992). Após o ciclo da cana, iniciou-se o ciclo do café, introduzido nos finais do século XVIII (1787), e no século XIX, o ciclo do cacau (1822). Ambas as plantas foram levadas do Brasil para as ilhas como plantas decorativas e, posteriormente, transformaram-se em uma cultura de exportação. Nos dias atuais, o cacau constitui o maior produto de exportação (BARBOSA, 2001; MIRANDA et al., 2012).

Os ciclos do café e cacau propiciaram a estrutura agrária mais consistente da era colonial, cujo vestígios são presentes nos dias atuais. Foi com essas culturas a apropriação de mais terras foi acelerada e foram surgindo cada vez mais latifúndios. Esses latifúndios foram denominados no país como roças. Roça designa as grandes parcelas de terras destinadas ao cultivo de café e cacau, ou seja, empresas agrícolas da era colonial. Essas, muitas das vezes, recebiam o nome do colono a quem foi concedida pela coroa portuguesa para exploração e nomes das figuras religiosas da igreja católica. Roça Sundy na ilha do Príncipe, Barão de Água Izé, Rio do Ouro, São Nicolau, Monte Alegre, Agostinho Neto, Santa Catarina, Bom Sucesso, Boa entrada, Santa Adelaide, São João dos Angolares e Porto Alegre são as mais destacadas. Hoje, essas roças tornaram-se comunidades habitadas por antigos trabalhadores e seus descendentes.

Foi também durante esse período que os portugueses levaram mais pessoas na condição de escravizados. Muito embora a ilegalização do tráfico de escravo em 1836, ela continuou até meados de 1850. Porém, até a data de 1875, ano da abolição no país, era permitido transferir um máximo de dez escravos entre as colônias (SEIBERT, 2015). Dessa forma, os portugueses aproveitaram para transferir das outras colônias no continente o máximo de pessoas para trabalhar no cultivo de cacau e café. Registrou-se um aumento de pessoas escravizadas entre 1855 e 1872, indo de 4.580, que constituía 37% da população, para 8.575, correspondendo a 40% (NASCIMENTO, 2008). De acordo com Seibert (2015), a maioria desses escravos foi trazida de Gabão⁸ clandestinamente.

Após a abolição (1875), os alforriados se recusaram a trabalhar nas plantações, gerando uma crise de mão de obra. Para suprir essa crise, os portugueses importaram mão de obra dos países da costa africana, levados às ilhas na condição de trabalhadores contratados. Porém, as condições de trabalho e de vida eram similares às dos escravizados (TEMUDO, 2008). Seibert (2015) aponta que, em 1876, havia no país um total de 7.500 pessoas alforriadas. Essas constituíram uma das categorias

⁸ Gabão é um país situado na costa ocidental do continente africano com uma distância de não mais de 300 km com a de São Tomé.

sociais no país conhecida como forro⁹. Os forros e as demais categorias sociais constituíram o povo de São Tomé e Príncipe após a independência.

O processo de luta pela libertação iniciou-se em 1960, desencadeado por uma minoria dos forros letrados que, após a independência, assumira a governação das ilhas. O processo ocorreu de forma passiva sem qualquer conflito armado liderado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Atualmente, o movimento tem o estatuto de partido e é o um dos maiores partidos no país.

Após a independência, o país adotou um modelo socialista sob influência da antiga União Soviética, mas o socialismo santomense não teve êxito, na medida em que não foi capaz de proporcionar mudanças no sistema econômico que levassem ao bem-estar de toda a população (BERTHET, 2016). Nos primeiros 15 anos, STP foi uma república sob um sistema unipartidário e sem eleições¹⁰. Dado o insucesso socioeconômico da primeira república e conflitos políticos internos dentro do MLSTP que acabaram por levar à criação de outros partidos, o país adotou, em 1990, um sistema semipresidencialista com eleições periódicas, (SANCHES, 2011). Em 1991, ano da primeira eleição, o Partido de Convergência Democracia (PCD) venceu as eleições e Miguel Trovoada foi eleito presidente para um mandato de cinco anos. A partir desse momento, o país passou ser denominado República Democrática de São Tomé e Príncipe, ocorrendo eleições regulares. A primeira República foi caracterizada por clientelismos e nepotismo. A pequena elite forra aproveitou-se do privilégio político para benefício próprio (SEIBERT, 2015; TEMUDO, 2008; NASCIMENTO, 2008).

O novo Estado recém-formado ressaltava a importância da agricultura para o desenvolvimento do país, dessa forma, o primeiro passo foi a estatização das terras sob domínio português. Esse processo foi conhecido como nacionalização das roças em 30¹¹ de setembro de 1975, marcando assim o primeiro movimento que remete ao primeiro passo do surgimento da reforma agrária em São Tomé e Príncipe (BERTHET, 2012).

No período pós-independência, o cacau continuou sendo o principal produto de exportação. As roças foram transformadas em empresas estatais com trabalhadores assalariados. Devido à baixa de quadros formados, pessoas sem formações ocuparam cargos de direção, o que comprometeu o sucesso dessas empresas (ESPIRÍTO SANTO, 2008). O maior apogeu da cultura de cacau no

⁹ Atualmente, existem três principais categorias: os forros, os angolares (povos provenientes de Angola que habitam a região sul da ilha de São Tomé) e os caboverdianos (não repatriados após independência).

¹⁰ O primeiro presidente Manuel Pinto da Costa governou o país nos primeiros 15 anos.

¹¹ A data é comemorada todos os anos e constitui um dos feriados Nacionais.

arquipélago foi ainda na era colonial. De acordo com Seibert (2015), até a primeira guerra mundial, STP foi o maior exportador de cacau.

A primeira centena de toneladas de cacau ocorre por volta de 1870, e o primeiro milhar em 1886. No final do século atingia-se as 10000 toneladas. As produções máximas ocorrem entre 1910 e 1920, da ordem das 30 000 toneladas (ESPIRITO SANTO, 2008, p. 28).

A partir de 1930, a produção de cacau começou o seu declínio, ficando abaixo de 15 mil toneladas (SEIBERT, 2015; ESPIRITO SANTO, 2008). Após a independência, esse número caiu bruscamente, não ultrapassando as 8000 mil toneladas, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Evolução da Exportação e do Preço Mundial de Cacau Comercial após a Independência política do país.

(continua)

Ano	Exportação (toneladas)	Preço Médio (dólares/ toneladas)
1974	7400	1559
1975	5640	1 245
1976	8000	nd
1977	6000	nd
1978	6000	3 402
1979	8000	nd
1980	6998	2 602
1981	8000	nd
1982	4 000	1 741
1983	4000*	2 118
1984	4000*	nd
1985	3 848	2 254
1986	4 123	2 068
	2.603,10***	
1987	4 500	1 996
1988	4 800	1 584
1989	3 707	1 241
1990	3 640	1 268
1991	3 607	1 195
1992	4 188	1 099
1993	4 305	1 117
1994	3 392	1 396
1995	4 577	1 433
1996	3 753	1 455
1997	3 138	1 618
1998	4512	1 675
1999	3825	1 139
2000	3899**	888

Quadro 1. Evolução da Exportação e do Preço Mundial de Cacau Comercial após a Evolução da Exportação e do Preço Mundial de Cacau Comercial após a Independência política do país.

(conclusão)

Ano	Exportação (toneladas)	Preço Médio (dólares/ toneladas)
2001	3042**	1.089
	2.603,10***	
2002	3163**	nd
	3.274,60***	
2003	1140**	nd
	3.356,10***	
2004	1564**	nd
	2.510,10***	
2005	752**	nd
	2.413,90***	
2006	1413**	nd
	2.434,5***	
2007	1413**	nd

* - estimativas

** - quantidade controlada pelo CIAT na exportação

*** - dados do INE (2006)

Fonte: Espírito Santo (2008, p. 31).

Devido ao fraco crescimento do setor agrário associado à crise financeira agravada em 1980, o país aderiu ao Plano de Ajuste Estrutural (PAE) financiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A implementação do PAE levou à reestruturação do agrário santomense. As recomendações do FMI eram de que o Estado privatizasse uma parte das terras e redistribuísse a outra parte aos antigos trabalhadores das roças para prática da agricultura familiar, (BERTHET, 2016; TEMUDO, 2008). Foi com as recomendações previstas no PAE que o Estado deu os primeiros passos para a realização da reforma agrária, porém os autores apontam que ela foi desigual, realizada com base nas relações clientelistas (BERTHET, 2016; SEIBERT, 2015; TEMUDO, 2008).

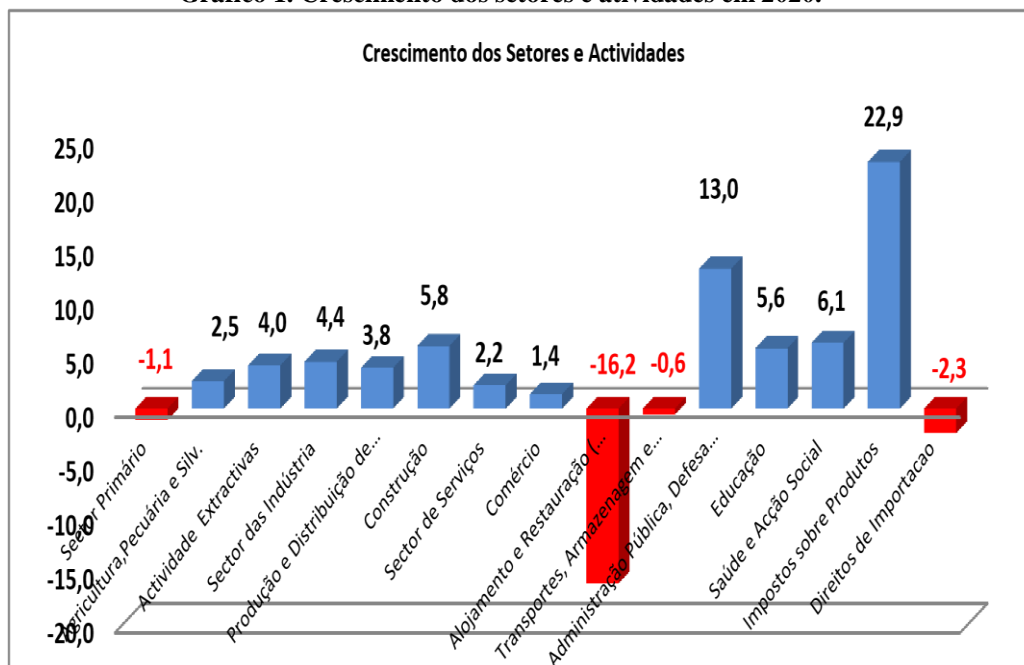
Constata-se que o setor agrário não trouxe o desenvolvimento social enfatizado nos discursos dos antigos dirigentes (BERTHT, 2016), bem como dos atuais. O Estado sempre teve o setor agrário como o motor do desenvolvimento nacional, no entanto, o setor agrário não santomense não está dinamizado. De acordo com o último dado informado pelo INE referente a 2020, a participação do setor primário no PIB foi de 7,3% e Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura foi de 4,1%¹².

Ainda em 2020, houve uma taxa de crescimento de 3,1%, atingindo uma produção de 10,2 mil milhões de dobras, equivalente a 419 milhões de euros, a uma taxa de câmbio de 24,5 dobras por euro. O PIB-per capita foi de 48 mil dobras. Ainda no mesmo ano, o índice de crescimento do setor

¹² Informações detalhadas sobre a participação dos setores no PIB disponível em Anexo 2.

primário foi de -1,1% e Agricultura, Pesca e Silvicultura de apenas 2,5% enquanto o setor dos impostos sobre produtos cresceu 22,9, sendo o setor com maior crescimento em 2020.

Gráfico 1. Crescimento dos setores e atividades em 2020.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2020

Esse cenário tem impactado de forma direta a vida da população, encarecendo o custo de vida. Além disso, esse cenário, que vem desde o pós independência, tem contribuído para a dependência financeira que o país tem vivido nos últimos 47 anos.

O presente estudo foi realizado com base na análise de dados secundários (periódicos de notícias, artigos, boletins informativos, instrumentos jurídico-normativos, relatórios de pesquisa etc.) conjuntamente com revisão bibliográfica e consulta de documentos de outros autores que já versaram sobre o tema, bem como de dados primários a partir da pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2021.

Devido à pandemia da COVID-19, não foi possível fazer o estudo de campo da forma como era previsto quando da elaboração do projeto de pesquisa. Contudo, optou-se mais pela observação direta como forma de auxiliar a metodologia inicial. A observação direta permitiu um olhar mais direto e um melhor entendimento da conjuntura atual. Adotar a observação direta como metodologia deve-se ao fato de eu ser nativo do arquipélago. Ter nascido e crescido em São Tomé e Príncipe permitiu-me ter um olhar crítico sobre as estruturas agrárias no país como forma de alcançar o objetivo proposto. Face ao cenário pandêmico, tive grandes dificuldades para realização de

entrevistas, tendo conseguido, depois de várias tentativas, apenas duas. A primeira com o responsável da Direção da Pecuária e a segunda com a coordenadora do Projeto de Reabilitação de Infraestruturas para Apoio à Segurança Alimentar II (PRIASA II). A dificuldade em conseguir aceder aos representantes das instituições foi também devido à desestrutura em que se encontram as instituições públicas: percebeu-se que os funcionários têm receio de conceder entrevistas.

Uma vez que o tema é ainda pouco debatido, sobretudo na academia, foram encontradas poucas referências bibliográficas sobre o tema que tornassem possível um estudo com maior reflexão a partir da bibliografia local. Para suprir essas lacunas, este trabalho foi desenvolvido a partir dos acúmulos sobre a questão agrária brasileira, o que por sua vez permitiu que, à luz dos estudos da realidade brasileira, tecêssemos reflexões sobre a realidade santomense. Essa adaptação deve-se ao fato de que, desde a graduação, estive envolvido em assuntos sobre questão agrária no Brasil, fazendo parte de grupo de pesquisa ligado ao tema, bem como participando de eventos que debatem a questão agrária. Isso não significa, porém, que pretendo um estudo comparativo. Contudo, dadas as similaridades encontradas tanto em São Tomé e Príncipe como no Brasil, em outros estudos já desenvolvidos, cotejar o debate teórico sobre a questão agrária no Brasil e aquele sobre São Tomé e Príncipe como suporte para se pensar outra realidade é, sem dúvida nenhuma, um desafio, e um desafio com potencialidade. Nesse sentido, o debate a ser feito neste trabalho seguirá análise histórico estrutural auxiliada pelo autor Celso Furtado (1992), “A formação econômica brasileira”.

Essa pesquisa tem como objetivo geral análise das estruturas agrárias criadas em São Tomé e Príncipe no período pós independência, buscando entender também de que modo essas estruturas se prevelem aos dias atuais. Esse estudo buscou responder aos seguintes objetivos específicos: Identificar e analisar as estruturas agrárias atuais entendendo de que maneiras essas estruturas são atravessadas pela herança colonial; analisar a situação socioeconômica dos atores agrícolas; identificar e analisar os arranjos institucionais dos órgãos ligados diretamente aos estudos de caso, notadamente no que tange a política e o desenvolvimento socioeconômico e rural e, estabelecer a caracterização da colonização portuguesa em São Tomé e Príncipe.

Desde o surgimento do Estado santomense, o setor agrário (primário) sempre esteve na agenda como o setor motor do desenvolvimento nacional. Mas, ao que se verifica esse é o setor que menos tem crescido nos últimos 47 anos após independência. O rural santomense tem sido caracterizado por um estado de pobreza, e alta vulnerabilidade social. Dada essa problemática, as hipóteses consideradas nesse estudo foram: baixa capacidade estatal do novo Estado formado após independência e os arranjos institucionais criados nesse período associado ao clientelismo político

têm subordinado a dinamização do agrário contribuindo dessa forma para o fraco desenvolvimento rural em São Tomé e Príncipe e a não superação da economia primária exportadora e das estruturas agrárias herdadas da era colonial sem investimentos significativos nos setores secundários e terciários tem colocado o país em uma profunda estagnação, contribuindo dessa forma para o atual estado de subdesenvolvimento em que o país se encontra.

Esse estudo justifica-se pela contribuição para que se tenha em São Tomé e Príncipe estudo sistemático sobre a questão agrária algo ainda pouco debatido. Por outro lado, a justificativa desse estudo está na sua contribuição com estudos analíticos para se pensar a pobreza nas ex-colônias portuguesas em África.

Para cumprir com os objetivos, o texto está organizado em três capítulos além da introdução e das considerações finais. No primeiro, buscou-se, com base nas bibliografias brasileiras, tecer considerações que dão luz à introdução da questão agrária. Por outro lado, foi feita a caracterização das estruturas agrárias da era colonial e dos pós independência. Os pontos centrais da questão agrária analisados na realidade santomense são notadamente a questão agrária, questão agrícola e o campesinato.

No segundo capítulo, versou-se sobre as realidades atuais do país. O subdesenvolvimento que caracteriza o país é fruto da má gestão dos bens públicos sem muito comprometimento no progresso e na melhoria de condições de vidas.

Já o terceiro e último, buscou-se a indentificação do problema central da questão agrária e seus impactos sociais. A superação dos principais problemas sociais que hoje afligem a sociedade santomense se dará mediante a superação do problema agrário identificado nesse estudo.

CAPITULO I

QUESTÃO AGRÁRIA: INTRODUÇÃO AO DEBATE

A ausência de debate sobre a questão agrária em São Tomé e Príncipe tem contribuído para uma escassa bibliografia local sobre esse tema em específico. Os estudos encontrados são teses de dissertações de engenheiros agrônomos caracterizando a produção agrícola. Dada a pequena dimensão do país e a não dinamização da agricultura local e do agrário santomense como um todo, esses estudos têm sido repetitivos em termos das narrativas. Isso é, não há muita diferença de um estudo para outro, criando assim uma narrativa retórica. Uma vez dada ausência de estudos teóricos no país, para iniciar esse debate alicerçarei as minhas análises nos autores brasileiros como forma de cotejar possibilidades analíticas.

Falar de questão agrária no século XXI exige um olhar minucioso sobre diversos temas hoje nela implícitos. Isso significa dizer que, no século atual, compreender a questão agrária não é algo simples, dada a sua complexidade. Temas como reforma agrária, campesinato e modelo de produção¹³ estão na base dessa complexidade na medida em que são temas em constantes transformações, dadas as mudanças que ocorrem no setor agrário (SILVA, 1980). Essa complexidade também varia de acordo as realidades de cada país, devido ao fator político, no caso específico de São Tomé e Príncipe, a questão agrária não escapa a essa complexidade.

Entender a questão agrária é compreender, antes de tudo, as características macro e micro da formação da riqueza de um país (STEDILE, 1990; MARTINS, 1981). Indo mais além, de acordo com Stédile (2013), está associado à questão agrária o debate sobre o desenvolvimento e o crescimento econômico. Stédile (2013) enxerga a questão agrária a partir da economia política e de processos históricos. No caso de São Tomé e Príncipe, os arranjos estruturais da questão agrária são frutos de um processo histórico que teve seu início com a colonização portuguesa no arquipélago, no século XV. Os portugueses deram início à implementação de uma economia baseada em produtos primários para exportação, algo que o país herdou após a independência. As estruturas agrárias atuais são fruto de uma herança colonial e, por outro lado, dos acordos bilaterais que exercem uma influência direta nos arranjos presentes mediante a financeirização. Isso é, apoiadores financeiros. Nos anos 1980, dada a crise financeira que o país enfrentava, o Estado aderiu ao Plano de Ajuste Estrutural (PAE) de modo a receber ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de Banco

¹³ A maneira como se produz e o que se produz. Essa é uma discussão que já estava posta nos anos 1980 com José de Souza Martins (1981), mas também que tem sido debatida pelos movimentos sociais defensores de agroecologia como uma alternativa para a produção de alimentos mais saudáveis.

Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Associado aos apoios financeiros dessas organizações, estava um pacote de medidas neoliberais que o Estado santomense deveria implementar. No que diz respeito ao agrário, a recomendação era a privatização das roças e distribuição das terras aos pequenos agricultores. Roças são grandes extensões de terras dedicadas à plantação de produtos de exportação desde a era colonial. Após a independência, as roças foram convertidas em empresas estatais, porém dedicadas ao mesmo fim.

As estruturas agrárias variam de acordo com o lugar, mas também podendo assumir características similares. Isso é, de acordo com passado histórico de cada país e de seus arranjos institucionais, cada país terá sua própria organização do agrário, que pode em muitos casos apresentar similaridades. Essas similaridades podem ser mais fortes nos países em que as relações capitalistas são mais fortes, ou que dependem muito financeiramente das ajudas financeiras dos países capitalistas. Os investimentos dos países capitalistas nos países subdesenvolvidos africanos são majoritariamente direcionados à produção de matérias primas (VERÍSSIMO, 2016; bento, 2017). O caso de São Tomé e Príncipe não tem sido diferente (ORLANDI, 2011).

O entendimento da questão agrária, de acordo com Stédile (2013) e Martins (1981), passa pelo debate de três temas:

- Modo de produção;
- Reforma agrária e
- Campesinato.

Entender esses três temas e a maneira como eles ocorrem na prática de acordo com especificidade de cada país é o exercício necessário para a análise da questão agrária nos países em que essa se relaciona a um aspecto estrutural. Dada as especificidades da realidade santomense não trabalharemos com o conceito de modo de produção, mas sim, modelo de produção. Para o caso de São Tomé e Príncipe a compreensão da questão agrária se dá mediante os três temas:

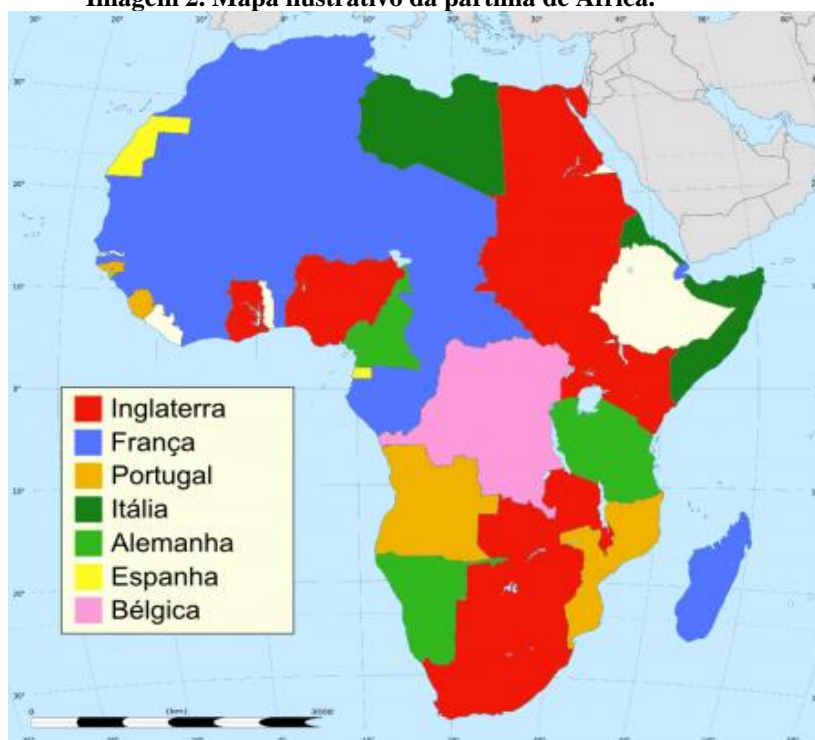
- Reforma agrária;
- Modelo de produção e
- Campesinato.

A reforma agrária pode ser entendida como sendo a distribuição das terras aos agricultores ou camponeses com fins de produção. Associada à distribuição de terras, a reforma agrária também se refere às políticas públicas voltadas ao setor agrário. Nesse sentido, a reforma agrária visa à criação das condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura (STEDILE, 1990). O acesso a crédito e o acesso ao mercado para comercialização são exemplos de políticas que fazem parte da

busca de solução da questão agrária. No caso do Brasil, a facilidade de acesso ao crédito é concedida aos grandes empreendimentos capitalistas, uma vez que isso fica a cargo dos grandes bancos. Não obstante isso, podemos encontrar um programa público que concede crédito aos agricultores familiares, programa esse conhecido como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Na realidade santomense, o que encontramos são pequenos financiamentos aos agricultores familiares como entrega de sementes, secadores e ferramentas de trabalho agrícola. As políticas públicas de comercialização são quase inexistentes. Os agricultores vendem seus produtos por meio de feiras nos mercados ambulantes. A feira ocupa um lugar importante na vida de muitos santomenses na medida em que é de lá que muitas famílias tiram o sustento. Esse tema será abordado de forma mais aprofundada em um tópico específico.

Alguns autores que se dedicam à questão agrária brasileira (CARVALHO, 2015a; GORENDER, 1990; OLIVEIRA, 1990; SILVA, 1984; MARTINS, 1981) apontam que, no momento atual, a reforma agrária tem uma ligação direta com o sistema capitalista e, de forma mais concreta, com o chamado capitalismo agrário. A expansão marítima europeia e a formação das colônias europeias na África, Ásia e na América para exploração das terras são o principal marcador histórico desse capitalismo (FURTADO, 1992). A presença europeia nesses continentes, principalmente na América e na África, alterou as relações sociais e a configuração na utilização do solo. Quanto mais aumentava a demanda dos produtos primários, mais aumentava a anexação das terras indígenas e dos nativos africanos. Antes da chegada dos europeus, a África era um continente que possuía sua forma própria de organização política e econômica. Com a colonização, os reinos foram subjugados e os nativos perderam o controle sobre suas terras (VERISSÍMO, 2016; BENTO, 2017). A ambição pelas riquezas encontradas em terras africanas propiciou uma nova configuração do continente após a partilha da África na Conferência de Berlim em 1885. Nessa conferência, o continente foi dividido entre as principais potências do século XIX, Imagem 3.

Imagem 2. Mapa ilustrativo da partilha de África.



Fonte: Andrade, c2022.

Atualmente, nota-se o avanço das tecnologias e a sua implementação na agricultura permitido a cada dia o avanço do capitalismo e a incorporação de mais terras. Além disso, as novas tecnologias têm provocado alteração no modelo de produção. No Brasil, essas mudanças tornaram-se mais acirradas a partir de 1950 com a chamada revolução verde, e caracterizou-se por um modelo de produção assente na industrialização e monocultura em grande escala.

A Revolução Verde foi um processo de criação de novas sementes e a inovação de práticas agrícolas com o intuito de aumentar a produtividade de cereais básicos como trigo, arroz e milho. A modernização da base agrícola derivada desse conjunto de inovações, notadamente financiadas com capital norte-americano, trouxe, para países pobres como o Brasil, alterações drásticas nas relações sociais de produção, tanto no campo quanto na cidade, (CARVALHO, 2015a, p. 93).

A revolução verde propiciou a modernização na produção agrícola com base em um modelo de produção caracterizado por alto nível de industrialização, ou seja, “modificações nas bases técnicas de produção com a introdução de máquinas, equipamentos, insumos com elevado grau de incorporação tecnológica” (CARVALHO, 2015a, p. 92). Com a introdução de máquinas e insumos que permitiriam produzir em maior quantidade e em tempo menor e, principalmente, com pouca mão

de obra, o capitalismo começou a demandar cada vez mais terras, dificultando dessa forma o processo de reforma agrária.

De acordo com esses autores, a reforma agrária no Brasil tem ocorrido de forma desigual. É desigual devido ao fato de haver grande concentração de terra nas mãos dos capitalistas e não dos pequenos agricultores, o que significa que, de fato, não se completou a reforma agrária (MARTINS, 1981).

O capitalismo agrário é hoje o fator determinante no modelo de reforma agrária. Atualmente, o capitalismo tem demandado cada vez mais terras para produção de monoculturas, investindo cada vez mais em grandes máquinas e equipamentos, reduzindo dessa forma a necessidade da mão de obra humana, contribuindo para o aumento do desemprego rural. O avanço do capitalismo na agricultura mediante o agronegócio (CARVALHO, 2015a) tem sido o concorrente da agricultura familiar. Devido à questão do capital financeiro, a agricultura familiar se encontra subordinada ao agronegócio. Isso acontece porque uma vez que o agronegócio detém o capital financeiro, tem acesso às melhores terras, melhores estruturas para produção e, sobretudo, maior acesso ao mercado. Em contrapartida, os agricultores familiares, além de muitas vezes acessarem terras menos produtivas, enfrentam também dificuldades em acessar as políticas públicas de fortalecimento à agricultura familiar.

Capitalismo agrário é também fator determinante na definição daquilo que Silva (1984) chamou de questão agrícola. A questão agrícola, para o autor,

(...) diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas: como se produz, de que forma se produz (SILVA, 1984, p. 5).

Dessa forma, percebe-se que o capitalismo agrário tem levado a uma mudança da forma de produção, daquilo que se produz, e mudança nas relações sociais e trabalhistas, não contribuindo para o desenvolvimento no que tange à criação de melhores condições de vida, mas sim criando estruturas para o aumento da produtividade.

Outro aspecto importante que não se pode ignorar neste debate são as formas de acesso à terra. O acesso à terra tem se dado de diferentes maneiras, seja pela invasão, como se assistiu com a expansão europeia, seja pela compra ou pela atribuição do Estado, ou ainda por meio de ocupações que configuram o que os autores chamam de luta pela terra característico no cenário brasileiro (KHALIL, 2016; CARVALHO, 2015a). Nos dias mais atuais, tem ocorrido grande aquisição de terras pelo capital financeiro. Uma pesquisa de 2019 constatou que, no Brasil,

(...) desde 1985 o nível de concentração de terra está quase que inalterado, tendo em vista que o Brasil possui uma das estruturas mais desproporcionais do planeta terra enquanto pequenos lotes com menos de 10 hectares ocupam 2,7% da soma de propriedades rurais, grandes fazendas com mais de 1 mil hectares concentram 43% do total, (JUNIOR et al, 2019, p. 15298).

Após o fim da sesmaria e a implementação da lei de terra de 1850 que permitiu posse de terra por meio de compra, apenas pessoas que detinham capital financeiro possuíam maior acesso à terra. Em consequência disso, a concentração de terra tem contribuído para aumento das desigualdades sociais, principalmente no campo (JUNIOR et al., 2019). A terra é um elemento importante na análise do campesinato. Martins (1981) argumenta que a relação entre campesinato e terra, em particular suas formas de acesso à terra, são aspetos relevantes para compreendê-lo. Desse modo, na sua análise, o autor observa se o modelo de campesinato que se tem é um campesinato que já possuía a terra e que luta contra a expropriação das suas terras pelo capitalismo agrário, ou se é um campesinato despossuído de terras e que luta para acessá-la. Logo, uma análise sobre o campesinato envolve, antes de tudo, uma compreensão do sistema fundiário local.

O segundo aspecto da questão agrária é o modelo de produção. Analisar esse fator é primordial para que se possa entender o centro do debate sobre a questão agrária. O modelo de produção tem uma ligação direta com o tipo de reforma agrária. Do mesmo jeito que a análise do campesinato deve partir de um olhar local e não universal, assim também deve ser a análise do modelo de produção. A grande interferência do capitalismo agrário tem influenciado no modelo de produção. Assim sendo, o que se tem percebido é que nos países onde o capitalismo agrário é mais forte, há predominância de um modelo voltado para a produção de *commodities* (CARVALHO, 2015a; GORENDER, 1990; OLIVEIRA, 1990; SILVA, 1984; MARTINS, 1981).

A análise do modelo de produção está inserida na questão agrícola como referido por Silva (1984). O modelo de produção agrícola criado pelo capitalismo agrário é marcado por duas características principais:

- Alto nível de industrialização;
- Produção de matéria prima.

A industrialização da produção agrícola contribui para que haja a redução da mão de obra. O objetivo é diminuir os custos com a mão de obra, otimizar o trabalho e, principalmente, aumentar a produtividade. Por outro lado, esse modelo de produção agrícola não visa à produção de alimentos propriamente dita, mas sim de matéria prima para a indústria e para exportação.

A industrialização da agricultura tem permitido a produção em grande escala. Esse fato tem contribuído para que o capitalismo demande cada vez mais terra, o que tem causado sua concentração. Uma vez que a produção capitalista não produz alimentos, essa incumbência recai sobre os pequenos agricultores, denominados também agricultores familiares (WANDERLEY, 2014; CARVALHO, 2015a).

Frutos dos avanços nos debates sobre a questão agrária, percebe-se que novos temas são hoje muitos pertinentes nesses debates. Os avanços nos debates contribuíram para o aumento de militância política sobretudo nos espaços acadêmicos. O debate sobre a questão agrária nos dias mais atuais visa a uma reforma agrária não desigual, com um modelo de produção sustentável de modo a criar muito mais do que o crescimento econômico, que vise o desenvolvimento garantindo a qualidade de vida (SILVA, 1984; WANDERLEY, 2014). Por outro lado, a discussão sobre a questão agrária tem levantado a pauta sobre a mudança para um modelo alternativo de produção, ressaltando a importância da agroecologia enquanto modelo consciente e sustentável, a compreensão do campesinato como um modo de vida e o campo não só como um lugar de trabalho, mas também como um espaço de cultura.

Por fim, a discussão sobre o campesinato, bem como sua conceituação é, em diferentes partes do mundo, algo em construção. Assim, não se pode conceituá-lo, mas, no Brasil, o campesinato é tido como uma categoria política,

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2008/2009 apud WANDERLEY, 2014, p. 26).

No contexto brasileiro, o campesinato está associado aos agricultores familiares, que detêm um tamanho reduzido da terra e que muitas das vezes desenvolvem uma agricultura de subsistência com venda de excedentes, ou ainda um sistema integrado em que uma parte da produção é para a subsistência e outra produzida para o mercado, porém em escala menor (LAMARCHE, 1993; FAO/UMA, 1995). Embora não se tenha um conceito universal, para o caso brasileiro, o seguinte conceito é pertinente:

(...) uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros (WANDERLEY, 2014, p. 26).

Além disso, o campesinato é hoje entendido como sendo um modo de vida,

A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (WANDERLEY, 2014, p. 26).

A identificação dos pequenos agricultores com a categoria campesinato permite uma maior organização política enquanto um grupo reconhecido. Uma vez organizados, tornam-se maiores as possibilidades de luta com objetivo de buscar melhores condições de vida. Essa afirmação política permitiu a criação de sindicatos, ligas camponesas e outras formas possíveis de organização política. Desse modo, o campesinato tem se afirmado como uma classe social. Para Martins (1981), os termos camponês e latifundiário,

(...) são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sócias. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição a povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22-23).

Nesse sentido, constata-se que o campesinato tem a agricultura como um modo de vida baseado no reconhecimento jurídico e, mais do que isso, assente numa perspectiva de vida que busca a autonomia. Entender o campesinato demanda o exercício de identificar e analisar os processos históricos das lutas camponesas e o significado que os próprios camponeses foram dando às suas lutas. Isso para dizer que o conceito de campesinato a ser operado na pesquisa deve ser não universal, levando em consideração o espaço geográfico e os processos históricos trilhados por camponeses específicos. O campesinato no Brasil é alvo de constante debate principalmente no campo acadêmico e na arena política dos intelectuais da política. Isso mostra que existe uma consciência político-ideológica de sua condição no curso da história brasileira.

1.1 AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COLONIAL

Quando da chegada dos portugueses, reza a história que as ilhas eram desabitadas. Isso fez com que o povoamento ocorresse com povos trazidos pelos colonizadores de outras paragens do continente africano.

Foi com a introdução do ciclo de cana de açúcar que teve origem a primeira onda de povoação efetiva. O arquipélago também funcionava como entreposto de comércio triangular¹⁴ (QUARESMA, 2017). O povoamento deu-se com populações do continente, principalmente do vale do rio Níger, do Congo e de Angola, na condição de pessoas escravizadas (SEIBERT, 2015), para trabalhar no cultivo da cana. O ciclo da cana em sistema de *plantation* se iniciou em 1520, e terminou no final do século XVII. Assaltos dos escravizados aos engenhos, fuga dos escravizados e o fato de que a produção de açúcar no Brasil mostrou-se mais rentável foram motivos que estiveram na base no fim do ciclo de cana de açúcar nas ilhas (QUARESMA, 2017; FURTADO, 1992). Caracterizou-se pela produção do açúcar para exportação à metrópole, com mão de obra escravizada¹⁵ que, além de trabalhar na plantação, trabalhava também na produção de alimentos para o próprio sustento e dos colonos portugueses.

Seibert (2015) aponta que, após o fim do ciclo de cana de açúcar, registrou-se uma diminuição da população nas ilhas. Foi nos séculos XVII à XIX que as ilhas voltaram a ter nova configuração agrária com a introdução da cultura de café (1787) e de cacau (1822) trazidas do Brasil. Essas culturas fizeram surgir novos grandes empreendimentos agrícolas para exportação denominados de roças. A introdução dessas duas culturas aumentou o número de pessoas escravizadas nas ilhas, cujos seus descendentes foram se tornando a população nativa. É ainda nesse período que se registrou o maior alargamento das roças agregando cada vez mais terras antes desocupadas.

Durante todo período colonial, a roça foi o núcleo da estrutura agrária que se tinha nas ilhas. Desde a chegada dos portugueses até 1875, toda a estrutura agrária estava organizada na monocultura para exportação, integrando a produção de alimentos para subsistência, com uso exclusivo da mão de obra escrava até 1875, ano do fim da escravidão¹⁶ nas ilhas. Com a abolição da escravatura, a população liberta recusou-se a trabalhar nas roças e, em consequência disso, os portugueses se viram

¹⁴ Comércio mercantil desenvolvido pelos europeus nos finais do século XV entre África, América e Europa, cujo tráfico de seres humanos constituía uma das principais atividades.

¹⁵ São as pessoas escravizadas trazidas às ilhas e os seus descendentes frutos da miscigenação que constituíram a população santomense (SEIBERT, 2014).

¹⁶ Em 1869 houve o fim da condição de escravo e em 1875 a implementação da condição de libertos, (TEMUDO, 2008).

obrigados a buscar alternativas. É nesse sentido que recorreram à serviçal (SEIBERT, 2015; TEMUDO, 2008). Da abolição à independência a mão de obra passou a ser proveniente de outras colônias portuguesas em África, notadamente Angola, Moçambique e Cabo Verde, na condição de contratados¹⁷, mas sob condições de trabalho que se assemelhavam às da escravidão (NASCIMENTO, 2004).

Esses, por sua vez, vinham para trabalhar nas roças por um período definido no contrato, que poderia ser de cinco a seis anos, podendo ser renovado. Embora fossem trabalhadores contratados, quando chegavam às ilhas, eram submetidos a condições escravas. Ao fim dos seus contratos, era acordado que os serviçais seriam repatriados, contudo, isso aconteceu poucas vezes, principalmente com aqueles provenientes de Cabo Verde (BERTHET, 2016).

De acordo com Seibert (2015), era muito comum os colonos alforriarem os escravos depois de muito tempo de convivência, bem como os filhos dos seus escravos. Segundo o mesmo autor, a coroa portuguesa considerava livres os filhos dos senhores com as escravas, e esses poderiam assumir cargos políticos. Os filhos dos senhores com as escravas e os filhos dos escravos nascidos no arquipélago foram os que passaram a ser considerados os nativos da terra e, posteriormente, quando da abolição, adotaram a categoria de forro¹⁸. Os forros começaram a desenvolver outras formas de vida; muitos ocupavam terras inutilizadas e construía suas casas formando pequenas comunidades, onde desenvolviam agricultura de subsistência. Os forros que tinham acesso à educação acabavam por conseguir cargos nas instituições coloniais. Foi desse modo que a mão de obra para o cultivo do café e do cacau ficou relegada aos serviçais até a data da independência.

Durante todo o período colonial, as estruturas agrárias estavam organizadas para produção de açúcar, café e cacau para exportação. É possível constatar que os portugueses não tinham objetivo de residir nas ilhas, apenas usá-las para produção de matéria prima (FURTADO, 1992). A era colonial ficou caracterizada pelas monoculturas de exportações sem qualquer investimento em infraestruturas que pudessem criar condições de vida dignas. No que concerne à economia, não houve quaisquer diversificações. Espírito Santo (2008) resume a organização da produção colonial em três modos:

⇒ Roças (grandes Empresas Privadas)

¹⁷ Esses trabalhadores ficaram conhecidos como serviçais e viriam a constituir uma nova categoria social das ilhas (TEMUDO, 2008).

¹⁸ Embora as categorias sociais em São Tomé e Príncipe não sejam regulamentadas, existem no país três categorias, que são: forros, angolares e cabo-verdianos. Essas categorias foram surgindo ainda no período colonial e se caracterizam por critérios étnicos, exceto os forros, cujo nome deriva da carta de alforria.

- ⇒ Glebas (parcelas de terreno obtidas por herança, ou comprada, sujeitas a repartições sucessivas geração após geração, o que provoca a sua redução a dimensões muito pequenas. Eram terrenos cultivados essencialmente pelos forros).
- ⇒ Lavras (pequenas parcelas de terreno marginal, geralmente pertencentes às grandes empresas privadas, ocupadas “ilegalmente” pelos trabalhadores das empresas, onde praticavam a agricultura de subsistência. A produção nestas parcelas funcionava como uma espécie de complemento ao salário, em que os terrenos eram cultivadas nos tempos livres dos mesmos), (ESPIRITO SANTO, 2008, p. 34).

Quanto às infraestruturas, até a independência as ilhas não possuíam estruturas para desenvolvimento e crescimento da população. Os serviçais habitavam as antigas senzalas e os forros vivia em pequenas casas feitas de madeira. Os principais edifícios nas ilhas foram construídos pelos portugueses. Na capital do país, cidade de São Tomé, concentravam-se as instituições administrativas da coroa portuguesa, o porto e a fortaleza de São Sebastião, construído em 154, transformado hoje em museu nacional.

Imagem 3. Fortaleza de São Sebastião na ilha de São Tomé.



Fonte: FORTE..., c2022.

Nas antigas roças ficavam as casas dos colonos (casa grande), as casas da administração, as senzalas e algumas roças possuíam até hospitais.

Imagem 4. Administração da antiga roça Monte Café na ilha de São Tomé.



Fonte: Acervo do pesquisador, 2018

Imagem 5. Secador de cacau da antiga roça Monte Café na ilha de São Tomé.



Fonte: Acervo do pesquisador, 2018

Durante o período da colonização portuguesa, não foram criadas estruturas para o desenvolvimento social. O acesso à escola era limitado, além de não haver incentivos. Poucos eram os que tinham acesso à educação, e os que tinham conseguiam por intermédio da igreja católica, através dos seminários. Como forma de criar divisão social, aqueles que eram educados na cultura portuguesa eram chamados de assimilados, ou seja, civilizados. Muitos dos assimilados eram filhos dos portugueses com mulheres africanas. Esses tinham oportunidade de dar continuidade aos estudos em Portugal. Dentre os assimilados, o número de mulheres era reduzido. A colonização portuguesa definiu o lugar da mulher na sociedade santomense até os dias mais atuais: estavam relegadas a funções domésticas e de procriação.

O acesso limitado à escolarização constituiu o fator pertinente para o insucesso após a independência. A falta de quadros formados nos cargos de direção, bem como falta de mão de obra qualificada nos cargos técnicos foram fatores cruciais do insucesso pós independência (SEIBERT, 2015).

1.2 AS ESTRUTURAS AGRÁRIAS APÓS A INDEPENDÊNCIA

As roças ocupam uma dimensão histórica na própria formação do Estado-nação santomense (BERTHET, 2016). Se durante a colonização, a estrutura econômica e política estava baseada no uso das terras, também após a independência, as terras ocuparam lugar estratégico, uma vez que toda a base da economia se concentrava na exploração do solo para cultivo de produtos agrícolas.

Ao analisarmos as estruturas agrárias estabelecidas após a independência, percebe-se que não houve mudanças significativas em comparação às do período colonial. O Estado recém-nascido herdou da era colonial uma economia de caráter primário exportador, dando continuidade ao mesmo modelo de produção agrícola. Logo após a independência, as roças foram estatizadas, ficando sob a gerência do Estado. O país estruturou-se em empresas agrícolas estatais, usando como mão de obra os antigos serviçais caboverdianos não repatriados após independência. Os serviçais provenientes de Angola e Moçambique foram repatriados, já os provenientes de Cabo Verde acabaram por ficar no arquipélago, uma vez que o Estado cabo-verdiano condições na altura para recebê-los (BERTHET, 2012). Outro motivo, como demonstrou Berthet (2016), o não repatriamento dos cabo-verdianos também se deveu muito mais pelo fato de o Estado santomense precisar dessa mão de obra para o trabalho agrícola nas roças. Assim, depois da independência, os cabo-verdianos se tornaram a principal força de trabalho agrícola em São Tomé e Príncipe, continuando nas roças relegados a uma condição de vida precária que se mantém nos dias de hoje. A incapacidade estatal de promoção de políticas públicas para melhoria de condições de vida da população constituiu a característica principal do Estado após a independência, principalmente no que diz respeito ao meio rural.

Aquando da independência, registou-se carência de quadros formados que pudessem garantir a boa administração dos bens públicos, e isso fez com que as empresas estatais não tivessem rentabilidade, colocando o país em uma situação de crise financeira. Para superar a crise, o Estado buscou alternativas junto às entidades estrangeiras. Por esse caminho, segundo Berthet (2012), a questão agrária no país seguiu novas diretrizes a partir dos anos 1980, fruto das recomendações das organizações internacionais como o FMI e o BIRD por meio do Programa de Ajuste Estrutural (PAE).

No âmbito dessa cooperação internacional, foi sugerido pelas organizações internacionais que “(...) o governo distribuisse uma parte das terras agrícolas (das roças de café e cacau) aos antigos assalariados agrícolas¹⁹, enquanto outra parte das terras (as mais rentáveis) ficaria sob gestão estrangeira e de parceiros privados nacionais” (BERTHET, 2012, p. 979).

A monocultura de cacau continuou sendo o produto mais exportado, mesmo que com pouca produtividade. Embora a agricultura sempre tenha estado na agenda do governo santomense como setor estratégico para o crescimento econômico, assim podendo garantir o desenvolvimento social, constata-se que esse crescimento e desenvolvimento não têm sido alcançados. As roças em São Tomé e Príncipe tornaram-se um espaço empobrecido, sem infraestrutura, com baixa escolaridade e com a agricultura familiar como meio de produzir para subsistência e criação de renda para reprodução material com venda de excedentes (SANTOS; CARVALHO, 2018).

1.2.1 A reforma agrária e o acesso à terra

A problemática da não redistribuição de terras em São Tomé e Príncipe é um tema cujo debate é quase inexistente, mas que ao mesmo tempo está presente nas vidas dos moradores das antigas roças. Dessa forma, falar de reforma agrária em um país com um processo colonial de formação e levando em consideração que, quando da chegada dos portugueses, as ilhas eram desabitadas, suscita a necessidade de se questionar: reforma agrária para quem? A resposta para essa questão já é clara, mas ficará ainda mais evidente quando abordarmos a gênese do agricultor familiar santomense. De modo a avançar no raciocínio, a reforma agrária seria para os antigos serviçais chegados à ilha na era colonial, que passaram a constituir a população predominantemente no rural santomense, considerada como nativa²⁰ das ilhas. Os nativos que demandavam a terra eram os que enfrentavam a pobreza e viam-se obrigados a recorrer à agricultura de subsistência como alternativa²¹.

Como demonstraram Berthet (2012) e Themudo (2008), foi no período de 1993 a 2000 que se teve uma reforma agrária oficial no país por meio do Projeto de Privatização da Terra e de Apoio ao Desenvolvimento do Pequeno Produtor (PPADPP).

¹⁹Antigos assalariados agrícolas são os serviçais contratados levados à ilha ainda na era colonial para trabalhar nas roças e que, após a independência, não foram repatriados.

²⁰Foram considerados nativos das ilhas os filhos mestiços dos colonos e escravizados que ganharam a carta de alforria e seus descendentes, que formaram a categoria social forro (SEIBERT, 2014).

²¹Após a independência, o Estado foi formado apenas pela elite dos forros, que era uma minoria; estes, por sua vez, aproveitaram do poder político para promover seus familiares aos cargos estatais, dando início a uma política de clientelismo, como afirma Seibert (2015).

Muito embora já se falasse na necessidade de redistribuição das terras antes da década de 1990 devido às insustentabilidades das empresas agrícolas, o acesso à terra se deu de maneira clientelística, permitindo que os membros de aparelho de Estado aproveitassem do seu privilégio para conseguirem para si as melhores terras (SEIBERT, 2015). O clientelismo²² em São Tomé e Príncipe tem sido a regra desde a independência, uma característica marcante na relação entre o Estado e a sociedade em geral. Uma vez que o Estado é o maior e melhor empregador no país, ser funcionário do Estado ou entrar na política é visto como a melhor forma de adquirir condições financeiras.

O clientelismo não se limitou apenas à distribuição de terras, ainda hoje é possível observá-lo em todos os setores do Estado, seja no acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho. Por exemplo, o acesso à saúde de qualidade: as pessoas que têm familiares que trabalham no hospital conseguem um melhor atendimento; quem tem amigos e conhecidos que trabalham em alguma instituição tem maior facilidade de conseguir um emprego em alguma instituição pública. O clientelismo é algo que está enraizado na sociedade santomense e se liga às pertencças partidárias. Pertencer a um partido ou outro é uma forma de conseguir facilidades que permitem conseguir emprego, subir de cargo etc. Esse fator tem condicionado o bom desenvolvimento do país bem como o bom funcionamento das instituições.

A reforma agrária de 1993 é tida como a mais justa porque, conforme apontou Berthet (2012), é a que reconheceu os antigos serviçais como os atores agrícolas legítimos do país e os tornou beneficiários de terra. Eles são, sem dúvidas, os agentes da história agrícola no país porque, após o fim da escravidão, toda a mão de obra usada nas plantações até a data da independência foi por eles constituída. Os nativos da terra se recusavam a trabalhar nas roças pois viam isso como uma volta a escravidão (BERTHET, 2016; SEIBERT, 2015).

O primeiro marco da reforma agrária se deu em 30 de setembro de 1975, dia em que ocorreu a nacionalização das roças²³. Essa data constitui hoje feriado nacional, o que demonstra a sua importância para a sociedade e a nação santomenses. 30 de setembro foi o dia em que todas as roças que estavam sob domínio colonial passaram a ser do Estado. A nacionalização das roças traduzia um sentimento de união nacional, no discurso feito pelo primeiro presidente da república após a estatização:

²² O termo clientelismo foi usado por Seibert em seu estudo sobre o colonialismo em São Tomé e Príncipe.

²³ Segundo Berthet (2016), a nacionalização das roças é também chamada de reforma agrária. Assim sendo, a nacionalização das roças foi a primeira reforma agrária que se teve no país.

Fomos ou não fomos explorados durante centenas de ano pelo colonialismo fascista português? Somos ou não somos ainda explorados pelas companhias agrícolas estrangeiras existentes no nosso país? Temos ou não temos o direito de nacionalizar as terras, de tomar as terras que foram roubadas ao nosso povo? O que é que a Assembléia Geral do povo de S. Tomé e Príncipe decide...[sobre as roças] ... Tomamos ou não tomamos essas roças? (Grito unânime do povo: Tomamos! Tomamos!) (Discurso proferido pelo então presidente da República, Pinto da Costa em 30 de setembro de 1975), (BERTHET, 2016, p. 969).

Porém, esse sentimento de união não se fez sentir na prática. Não só em São Tomé e Príncipe, mas em todos os países africanos, o discurso da luta pela independência assentava-se na ideia de, após a independência, construir um país melhor para todos. Contudo, não é o que se tem visto na realidade. De modo geral, o discurso de uma unidade nacional, do bem comum, sustentou a luta pela independência dos países africanos. Mas, após independência, muitos dos países enfrentaram conflitos de interesses entre as partes envolvidas no processo de libertação, conflitos esses que, na maioria das vezes, conduziram a conflitos armados. Entre os Países Africanos de Língua oficial Portuguesa (PALOP), dois países, desde sua independência até o presente momento, não tiveram conflitos armados, quais sejam: São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde. Embora esses dois não tenham sido palco de conflitos armados, tiveram instabilidades políticas que levaram a golpes de Estado e dissoluções de governos.

No caso de São Tomé e Príncipe, vigorou a política de clientelismo e do nepotismo (SEIBERT, 2015), fazendo com que a grande massa continuasse na pobreza. O discurso sobre a reforma agrária baseada em justiça social já estava posto pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), mas, segundo Temudo (2008), essa reforma agrária não foi realizada:

A ideia de realizar uma reforma agrária distribuindo a terra pelos trabalhadores das roças e pequenos proprietários de glebas – defendida na época colonial pelo MLSTP – nunca foi posta em prática após a independência, nem mesmo muito mais tarde, quando já se tinha tornado evidente o fracasso do modelo de gestão estatal, (TEMUDO, 2008, p. 77).

Após a nacionalização (estatização) das roças, em 1978, essas foram convertidas em empresas agrícolas estatais, dando continuidade às culturas de cacau e café. A ausência de quadros formados após a independência contribuiu para o pouco êxito dessas empresas. De modo a dinamizá-las e restabelecê-las, iniciou-se um processo de privatização das roças. Esse primeiro processo fazia parte do plano de recuperação implementado pelo Estado. Além disso, a grande seca que se registrou em 1983 e provocou falta de alimentos no país tornou visível a necessidade de produção de culturas

alimentares²⁴. Esses dois fatores fizeram com que, no período de 1982 a 1985, o Estado concedesse terras aos pequenos agricultores para produção de alimentos, e para médias empresas para o cultivo do cacau²⁵.

Em dezembro de 1981, a Assembleia Nacional Popular definia as linhas diretrizes de um Plano de medidas e ações a serem estabelecidas entre 1982-1985. Este plano previa um programa de atividades visando a recuperação das Empresas Agrícolas e uma tentativa de alterar os resultados negativos da década anterior. Na elaboração desse plano foi decidida a distribuição de terras. As terras com maiores superfícies e mais rentáveis seriam administradas com base em contratos de gestão e de arrendamento contando com parceiros estrangeiros. As terras de menores superfícies (por exemplo, entre 10 ha e 400 ha) seriam distribuídas a pessoas que possuíam conhecimentos agrícolas prévios e poderiam demonstrar habilidades em administração de terras. Com isso, o Estado sugeriu que a distribuição fosse realizada mediante aprovação em concurso (BERTHET, 2016, p. 976-977).

Em 1985, ano em que o Estado implementa as recomendações do PAE, dá-se continuidade ao processo de privatização que se iniciara no começo de 1980. Nessa altura, a produção agrícola já não se concentrava apenas na produção de produtos de exportação, mas também na produção de culturas alimentares para o consumo interno, pela qual os agricultores familiares ou pequenos agricultores, como são denominados, são responsáveis. Assim sendo, entre 1985 e 1989, foi implementada a primeira fase da distribuição de terras enquanto uma medida proveniente do PAE. Seibert (2015) afirma que, da implementação do plano do ajuste a 1988, foram entregues pelo Estado 10 000 hectares de terras. Porém, o mesmo autor aponta que essa distribuição não foi com base na justiça social, mas sim obedeceu a critérios clientelistas. Essa distribuição não abrangeu os antigos serviçais; o clientelismo favoreceu os próprios funcionários públicos e pessoas que não tinham conhecimentos agrícolas. Já Berthet (2016), interpretando Trovoada (1991), diz:

(...) terras entre 10 e 400 hectares (com uma distribuição total de 10.400 hectares) foram distribuídos a 439 beneficiários, o que abrangeu 31,5% das superfícies agrícolas. No seu relatório, a autora (1991, p. 52) questiona a eficiência da política do envolvimento do cidadão e afirma que, do ponto de vista da aplicação, esta política foi um fracasso, (BERTHET, 2016, p. 977).

A maior evidência de que a reforma agrária desse período não tem sido a mais justa é o fato de que “em 1990, 22.243 hectares pertenciam às Empresas Agrícolas, sendo que 1.940 hectares (da

²⁴ Em meados dos anos 1980, São Tomé e Príncipe importavam 90% dos bens alimentícios (TEMUDO, 2008).

²⁵ Embora até os dias de hoje se produza café, o cacau ocupa o lugar de principal produto de exportação.

superfície das roças) e 1.893 hectares (das terras familiares) produziam cacau” (BERTHET, 2016, p. 977). De forma clara, o que esses dados revelam é que 22.243 hectares se concentravam nas mãos do capital privado, enquanto apenas 3.833 hectares de terras foram atribuídos aos agricultores familiares.

A segunda fase da distribuição de terras referente ao PAE, que se dá entre 1993 e 2000, é através do PPADPP, cujo objetivo, segundo o Ministério da Economia, era criar uma nova estrutura fundiária.

A nova estrutura fundiária deveria ser constituída por : cerca de seis mil pequenas explorações familiares orientadas para a produção de culturas alimentares destinadas a assegurar a sua subsistência e a abastecer o mercado ; cerca de cento e cinquenta médias empresas « capazes de revolucionar e modernizar a agricultura produzindo novas fileiras para a exportação » ; seis grandes empresas (as que anteriormente tinham sido objecto de avultados financiamentos externos) capazes de dinamizar a exportação de cacau (TEMUDO, 2008, p. 80).

A distribuição de terra deu-se nos critérios pré-estabelecidos que determinavam como seria a reforma agrária. Os critérios criados em 1991 abarcavam tanto os empresários agrícolas como os agricultores familiares. Nas palavras de Temudo (2008),

A terra seria atribuída numa base de usufruto por um período de vinte anos renováveis, devendo os agricultores cultivá-la e pagar uma taxa anual, não podendo no entanto dividi-la por herança entre os seus descendentes. A dimensão dos lotes dos pequenos agricultores seria determinada com base na dimensão da família e na qualidade da terra, (TEMUDO, 2008, p. 80).

Ainda segundo a autora, a Lei nº. 3/91 definia os seguintes critérios:

- a disposição de terrenos de Estado a favor de particulares pode ser feita por : ajuste directo (salvo se houver mais do que um candidato) ; hasta pública ; concurso público. No caso das médias empresas (mais de 10 ha) torna-se necessária a apresentação de um plano técnico-económico e a indicação das fontes de financiamento. Porém, « a obrigatoriedade de concurso público pode ser eliminada pelo conselho de ministros por circunstâncias sócio-económicas especiais, fazendo-se o contrato por ajuste directo »;
- o beneficiário da terra deverá cultivá-la pessoalmente durante um período de pelo menos 5 anos, sendo a agricultura a profissão habitual e permanente ;
- a renda de usufruto é estabelecida sobre 15 % do produto do prédio, sendo a produção anual determinada através da rentabilidade normal da unidade de cultura a definir em legislação própria (TEMUDO, 2008, p. 81).

Para garantir a eficiência da aplicação desse projeto, cabia ao Gabinete de Reforma Fundiária acompanhar e zelar pelo cumprimento das normas. Embora a reforma agrária seguisse as diretrizes neoliberais, as ideias socialistas que integravam os discursos da necessidade da reforma agrária dos anos 1980 não foram abandonadas. A reforma da década de 1990 deu-se em uma dualidade entre o capitalismo e o socialismo encontrados nos discursos políticos da década de 1980.

(...) A reforma agrária visa à transformação radical das relações de produção até então existentes para dar lugar à criação de um homem novo numa sociedade baseada no progresso e na justiça social. Tornou-se, portanto imperiosa a aplicação de uma política agrária susceptível de modificar as estruturas caducas e de incrementar a produção agrícola mediante o emprego de uma técnica moderna e de equipamento mais eficientes e adequados de forma a permitir a melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras (BERTHET, 2016, p. 979).

A distribuição das terras era medida necessária para recebimento do financiamento estrangeiro. Segundo Temudo (2008), 75% dos 20.000 hectares de terras seriam entregues aos pequenos agricultores nesse período, porém, até a data de 1998, apenas 40% das terras havia sido entregue a eles. Ao fim da implementação do projeto, no ano de 2000, existiam no país aproximadamente 6.300 pequenos agricultores²⁶ e 170 médios empresários. A partir da década de 1990, o incentivo à diversificação de produção e à agricultura familiar tem sido impulsionado pelo Estado, embora com algumas lacunas. Em 2008, o Estado já tinha distribuído “(...) cerca de 19 808 há a um total de 9 129 pequenos agricultores, devido à distribuição subsequente da área da maioria das grandes empresas” (TEMUDO, 2008, p. 80). De modo geral, o que ficou transparente na questão da reforma agrária santomense é que ela se deu mediante o processo de privatização das terras e a seca de 1983 deixou clara a necessidade de produção de culturas alimentícias o que, por sua vez, permitiu a distribuição das terras aos pequenos agricultores familiares.

1.2.2 Outras formas de acesso à terra: processo de formação do agricultor familiar em São Tomé e Príncipe

Em paralelo com a reforma agrária, os moradores das ilhas que não se beneficiaram da reforma adotaram a ocupação das terras que não estavam sendo utilizadas como único meio alternativo. Essa

²⁶ Segundo Berthet (2016) e Temudo (2008), a distribuição das terras seria inicialmente de 3,6 hectares para cada pequeno agricultor, mas, dada a grande demanda, foi reduzida para 2,5 hectares.

forma de acessar a terra teve o seu início ainda no tempo colonial pelos libertos e se mantém até os dias atuais.

No período colonial, encontram-se as chamadas glebas, pequenas parcelas de terras que não estavam sendo utilizadas, ocupadas em sua maioria pelos forros. Conforme Seibert (2015, p. 113),

A maioria dos forros era analfabeta e dependia da subsistência das suas pequenas propriedades, as chamadas glebas. Tipicamente, uma cerca viva formada por plantas localmente conhecidas por quime (*Newbouldia laevis*) ou margoso (*Mammea africana sabine*) encerrava essa parcela, enquanto os cantos eram marcados por uma árvore chamada pau-sabão (*Dracaena arborea*). Uma gleba contém um conglomerado de cultivos arbóreos semiespontâneos, pois tradicionalmente forros evitam cultivos que necessitam plantio periódico ou trabalho regular. Nessa propriedade também se encontra a casa de madeira em estacas, a habitação tradicional dos forros.

Como se observa, as glebas eram também um lugar de vida. Não tinham relevância no setor econômico, estavam mais voltadas à produção de subsistência. Diz Seibert (2015) que, no século XX, as glebas ocupavam apenas 5% da superfície do arquipélago, enquanto as roças cobriam todo o resto (SEIBERT, 2015, p. 113).

Já no período após a independência, o que se tem é a predominância dos posseiros²⁷ e, por outro lado, algumas ações de distribuição de terras não produtivas aos pequenos agricultores. No contexto santomense, posseiros são pessoas que ocupavam os terrenos encapoeirados e as usavam para produção voltada ao mercado local. Ao contrário das glebas, que eram um marcador da categoria social forros, o posseiro não foi um marcador social, isso porque era uma prática costumeira de todos aqueles que queriam um pedaço de terra e não conseguiam de forma legal. Logo, era prática empregada pelos forros, os antigos serviçais e seus descendentes, denominados de tonga (EYZÂGUIRRE, 1986). Embora não sejam oficialmente legalizados, não possuindo títulos de posse da terra, o estado tem conhecimento de sua existência. Aponta Temudo (2008) que, em 1984, o Estado levou a cabo um processo de registro dos posseiros²⁸. Até os dias atuais encontram-se agricultores nessa condição. Santos e Carvalho (2018) apontam que, dos agricultores entrevistados na comunidade de Monte Café, raros eram os que possuíam algum documento oficial das suas propriedades.

A formação do que viria a se constituir como o agricultor familiar teve a sua origem ainda na era colonial, com a introdução da população escravizada. Os escravos trazidos para as ilhas, além de trabalharem nas plantações de exportação, praticavam a agricultura para a sua subsistência e a dos

²⁷ Pessoas que arbitrariamente ocupavam as terras abandonadas.

²⁸ Não se obtiveram dados estatísticos desse registro.

colonos, tornando-se, dessa forma, responsáveis pela produção de culturas alimentícias. A população escravizada constituía a maioria²⁹ da população até 1875, data do fim da escravidão nas ilhas, e todas as atividades agrícolas eram desenvolvidas pela população escravizada. Por outro lado, a formação das glebas ainda no período colonial marca também o início da formação dos agricultores familiares (TEMUDO, 2008; SEIBERT, 2015).

Os escravizados foram, até 1875, os primeiros a praticarem agricultura de subsistência, uma vez que, nas horas vagas, cultivavam o seu próprio sustento. Com a introdução dos serviçais que os substituíram os escravizados, esses também se tornaram agricultores, uma vez que também trabalhavam nas plantações e na produção de alimentos. Após a independência, os serviçais continuaram a desenvolver a agricultura num modelo de produção de subsistência com venda de excedentes. Além dos serviçais, os forros também produziam primeiramente para comercialização e consumiam o excedente. O termo agricultura familiar foi introduzido em São Tomé e Príncipe a partir da década de 1980 por meio da implementação do PAE.

Em 1975, depois da independência, foram repatriados os serviçais vindos de Angola e de Moçambique; já os de Cabo Verde não. A população cabo-verdiana que não fora repatriada continuou nas antigas roças e constituiu a principal mão de obra nas empresas agrícolas. Até aos dias de hoje, os cabo-verdianos e seus descendentes continuam sendo a maioria da população morando nas zonas rurais do país e constituem a mão de obra agrícola. Desde a chegada dos cabo-verdianos nas ilhas, esses estavam envolvidos na produção agrícola e eram os que detinham maiores conhecimentos sobre agricultura no país. Conta Temudo (2008) que, no ano da seca, os forros³⁰ deslocavam-se para as roças para comprar os gêneros alimentícios dos cabo-verdianos. Esses fatores levam a afirmar os serviçais como sendo os agentes pioneiros da agricultura familiar no arquipélago. Hoje, dado o fraco desenvolvimento do país, a agricultura familiar tem sido uma alternativa para fugir da pobreza.

A estrutura fundiária pós independência devido à privatização das roças concentrou-se nas médias empresas de produção agrícola e na pequena agricultura familiar para produção de culturas alimentícias de modo a mitigar as importações de gênero alimentícios (ESPÍRITO SANTO, 2008), com algumas diferenças entre os agricultores, uma vez que podemos encontrar alguns agricultores mais capitalizados do que outros e com uma maior produtividade (LAMARCHE, 1993; FÃO/INCRA, 1995). Isso deve-se ao fato de alguns agricultores terem outros empregos, o que lhes

²⁹ Em 1758, 70% da população era escravizada. Havia nas ilhas 8.880 escravizados e 53 colonos (SEIBERT, 2015).

³⁰ Escravizados alforriados

possibilita ter um capital maior para investir na agricultura. Outros, por sua vez, vivem apenas da agricultura e têm que contar com o apoio do Estado, que nem sempre chega.

Na década de 1990, criaram-se as primeiras organizações voltadas para necessidades dos pequenos agricultores, mas não se verificava um pensamento político e ideológico nas bases dessas organizações, o que leva a crer que eram organizações voltadas a questões técnicas privilegiadamente. Em 1995, foi criado o Programa Nacional de Apoio à Pequena Agricultura Familiar, que contava com apoio dos parceiros internacionais. Na sequência disso, criou-se, em 1997, a Federação Nacional dos Pequenos Agricultores (FENAPA), que por sua vez tinha o estatuto de ONG (TEMUDO, 2008). Atualmente, podem ser encontradas nas antigas roças, onde predomina a pequena agricultura, pequenas associações que têm como principal objetivo buscar apoio junto ao Estado para desenvolverem suas atividades agrícolas. Em um estudo realizado em 2018 na comunidade de Monte Café, sede de uma das antigas roças, os pequenos agricultores relataram o esquecimento por parte do Estado, que mesmo com associação ainda não tinham obtido nenhum tipo de apoio além de promessas (SANTOS; CARVALHO, 2018).

CAPÍTULO II

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL: ORGANIZAÇÃO E AÇÃO

O MAPDR é o ministério responsável por todo o setor agrário bem como da pesca. Embora o ministério sempre tenha existido, cada governo tem autonomia para organizá-lo de acordo com seu plano de gestão. Nesse sentido, a configuração atual do ministério foi criada mediante a aprovação da Orgânica do XVII Governo Constitucional, no Decreto - Lei nº. 1/2019, publicada no Diário da República, Número 10 I SÉRIE, em 30 de janeiro de 2019.

De acordo com o capítulo VIII do referido decreto, o art. 24 diz que:

Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR) é o organismo da administração central do Estado responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política defendida e aprovada pelo Conselho de Ministros para os domínios da agricultura, pescas, pecuária, florestas, e desenvolvimento rural, cabendo designadamente promover e assegurar a investigação agrária, a assistência técnica aos produtores agro-pecuários e à organização do cadastro rural (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2019, p. 98).

O MAPDR é uma instituição subordinada ao governo chefiado pelo Primeiro Ministro, com funções abrangentes, como referido. Sem autonomia financeira, o MAPDR depende do Orçamento Geral do Estado (OGE), que é financiado em sua maioria pelos parceiros internacionais. Quanto à organização, o ministério é dividido em órgãos administrativos, como mostra a Figura 1:

Figura 1. Órgão que compõem o MAPDR.



Fonte: Adaptado do Decreto-Lei nº. 1/2019.

Quanto aos serviços, o ministério possui a seguinte configuração apresentada na Figura 2.

Figura 2. Serviços do MAPDR.



Fonte: Adaptado do Decreto-Lei nº. 1/2019.

Ainda segundo o referido decreto lei, o ministério tutelará todos os projetos de apoio à agricultura, bem como as demais instituições ligadas diretamente à agricultura (Figura 3).

Figura 3. Relação do MAPDR com as Instituições de apoio à agricultura.



Fonte: Adaptado do Decreto-Lei nº. 1/2019.

As ações do MAPDR têm se dado por meio de implementação de projetos que são financiados pelos parceiros internacionais. O ministério apresenta as necessidades e, junto com os parceiros externos, criam projetos em resposta às necessidades apresentadas. No que toca à implementação dos projetos, muitos são diretamente pelo organismo financiador; é o caso do projeto PRIASA II, cuja administração é feita pelo BAD, principalmente a gestão financeira. Mas, de modo geral, todos os projetos são implementados em conjunto com o ministério.

No Anexo I constam os quadros com os principais projetos que estão sendo implementados. Observa-se que as políticas públicas voltadas para o setor agrário têm se dado por meio desses projetos. Consta-se também uma grande contradição quanto ao montante do apoio que o ministério recebe e o estado de subdesenvolvimento encontrado no país. Segundo os dados oferecidos pelo MAPDR, o somatório do montante dos projetos está avaliado em \$17.215.446.067,00 USD somente nos últimos cinco anos. A União Europeia tem sido o maior financiador dos projetos em São Tomé e Príncipe.

Dada a alta corrupção que se verifica na gestão pública do país, as realidades atuais, isto é, a precariedade encontrada em zonas rurais, dentre outros fatores, apontam que a implementação desses projetos não tem cumprido com eficiência os seus objetivos de modo a proporcionar melhorias nas condições de vida. Por outro lado, a fraca fiscalização das ações do governo tem gerado impunidade na prestação de contas.

O ministério não possui uma base de dados organizada sobre as suas atuações, o que condiciona o acesso às informações. Em conversa com o atual diretor da Direção dos Assuntos Fundiários, esse frisou que o ministério não dispõe de qualquer base de informações acessíveis tanto ao público geral como para os seus próprios quadros. O diretor disse ainda que “já foi feito projeto para criação das mesmas bases de dados, porém a falta de vontade política tem feito para que o projeto não materializa-se”. A “falta de vontade política” foi o termo usado em todas as instituições que integram o ministério nas quais buscou-se por informações³¹.

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA EM SÃO TOME E PRÍNCIPE ATUAL

Para melhor compreendermos a atualidade da questão agrária santomense, a pergunta que se faz é: o que há de novo na conjuntura agrária santomense? O país outrora foi uma colônia usada para exploração agrícola de produtos de exportação para a metrópole; em 1975, os povos oriundos de

³¹ O ministério não conseguiu fornecer dados exatos sobre o censo agropecuário e a distribuição e o uso de terras.

outras partes do continente trazidos ao arquipélago se libertaram do jugo colonial e criaram o Estado, assumindo para si a responsabilidade de conduzir o país. Em decorrência disso, todas as terras passaram exclusivamente para a posse do Estado, que acreditava que o desenvolvimento do setor agrário era o caminho para o desenvolvimento do país como um todo. Esse discurso manteve-se presente desde 1975 até o atual momento.

Na atual conjuntura e, de modo mais abrangente, o setor agrário engloba o setor agropecuário e o setor pesqueiro. A instituição estatal encarregada é o MAPDR. No que concerne à pesca, o país também apresenta grandes potencialidades, uma vez que o mar constitui a maior parte do seu território. Respondendo à questão lançada no início, o que se apresenta como novo na questão agrária santomense é a intensificação da iniciativa privada e o incentivo na diversificação de culturas alimentícias mediante a agricultura familiar (ESPÍRITO SANTO, 2008; MIRANDA et al., 2012).

A privatização do agrário santomense que teve seu início na década de 1980 e não obteve muito êxito de ponto de vista estratégico para desenvolvimento do país, isso porque os investimentos privados eram estrangeiros e concentravam-se na produção de produtos primários para exportação. A privatização não trouxe dinamização e nem infraestrutura de transformação dos produtos primários. Por outro lado, a privatização possibilitou que pessoas da elite adquirissem grandes parcelas de terra para uso próprio.

A empresa Agripalma³² é atualmente a maior empresa agrícola, localizada na região sul da ilha de São Tomé. Por outro lado, os empresários nacionais são descapitalizados, o que impacta em certa medida em uma dinamização dos empreendimentos, bem como em sua rentabilidade.

No atual cenário, o Estado é o maior financiador do setor agrário, com a ressalva de que todos os financiamentos provêm dos órgãos internacionais e países estrangeiros. Dito de modo mais simples, o Estado busca financiamento junto aos parceiros internacionais para investir a nível nacional. O investimento é repassado aos agricultores locais, que se organizam em associações e cooperativas. Grande parte dos investimentos são destinados às fileiras de exportações³³: cacau, café, pimenta e baunilha, os principais produtos. Outro financiamento é direcionado aos produtores horticultores para o mercado interno.

Um fato importante chama a atenção na questão agrária santomense: embora o setor agrário tenha sido, nos últimos anos, um dos setores que mais tem recebido financiamentos, o custo de alimentação é alto, ainda mais quando se trata de um país de clima tropical e solo fértil, propício a

³² Empresa de transformação de óleo de palma (azeite de dendê).

³³ Termo usado para se referir às culturas de exportação.

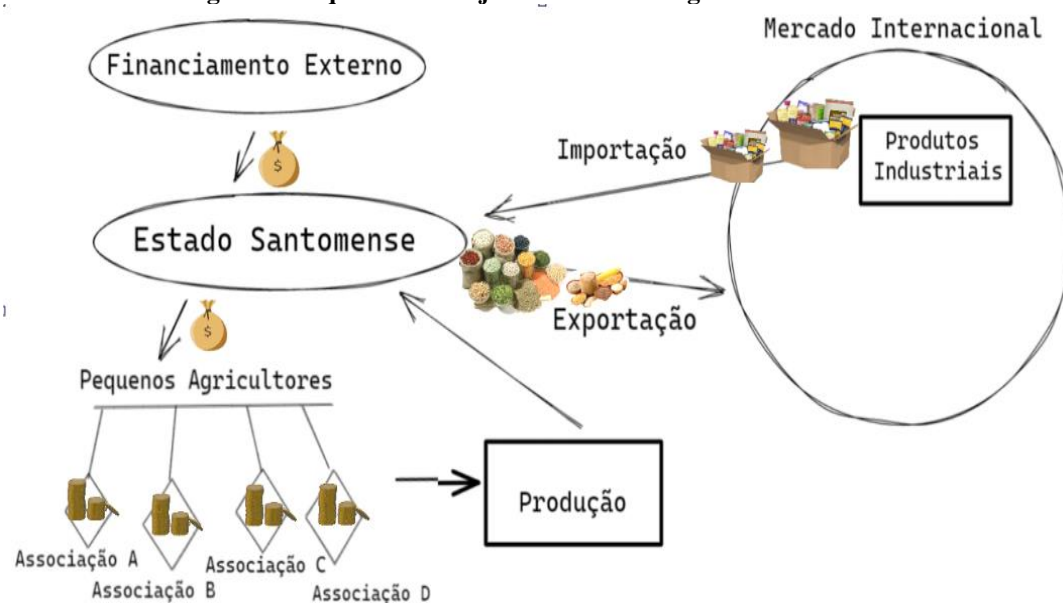
práticas agrícolas. Da mesma forma, é preocupante o fato de os agricultores se encontrarem em condições de vida não dignas. O fator principal que dificulta entender a realidade santomense é que o MAPDR não possui censos agropecuários atualizados que possam mensurar o quanto de alimento se tem produzido no país. Mas, de acordo com a observação direta e enquanto natural das ilhas, a percepção que tive foi que a maior parte dos investimentos é canalizada para a produção de matérias primas para exportação (*commodities*). Observou-se que existe uma estrutura mais organizada para o acompanhamento dos cultivos de exportação: há um acompanhamento com técnicos formados que para garantir a qualidade da produção, os quais são contratados diretamente pelo MAPDR.

A Figura 3 demonstra de maneira clara a configuração da estrutura agrária do país. O financiamento externo é concedido ao Estado, que juntamente com os parceiros financiadores, investe subsidiando os agricultores organizados; mas, a produção final é novamente exportada, ao mesmo tempo em que o país importa os produtos industrializados. Outra leitura possível da Figura 4 é que os investimentos estrangeiros refletem o passado colonial disfarçado de ajuda externa. O arquipélago continua sendo usado simplesmente para produção de matéria prima para os países europeus³⁴.

Dada a ausência de bases de dados das instituições estatais, a Figura 4 foi elaborada em grande medida com base nas informações recolhidas da página oficial do MAPDR no Facebook e de jornais nacionais e de outras organizações não governamentais (ONGs) que têm prestado apoio ao Estado, ligadas ao setor agrário, Quá Téla e Oiko. Quá Téla significa coisas da terra na língua forro, é uma ONG cujo objetivo é a promoção, valorização e transformação de produtos locais por meio do uso racional e sustentável dos recursos agroalimentares. A Oikos, Cooperação e Desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida internacionalmente como ONG para o Desenvolvimento.

³⁴ Países europeus têm sido os maiores financiadores do setor agrícola em São Tomé e Príncipe.

Figura 4. Esquema da conjuntura atual do agrário santomense



Fonte: Elaborado a partir das informações disponíveis nas mídias nacionais

A Figura 4 ilustra o quanto o país é dependente do estrangeiro. O apoio externo é passado ao Estado que, após o receber, financia políticas de fomento à agricultura para os pequenos agricultores. Após produzirem, e uma vez que a maior produção é o produto de exportação, esses são vendidos ou comprados pelos mesmos países que apoiam São Tomé e Príncipe financeiramente. Ao mesmo tempo em que o país exporta, importa os produtos industrializados. A quantidade exportada é inferior à quantidade importada, o que tem contribuído para o não desenvolvimento.

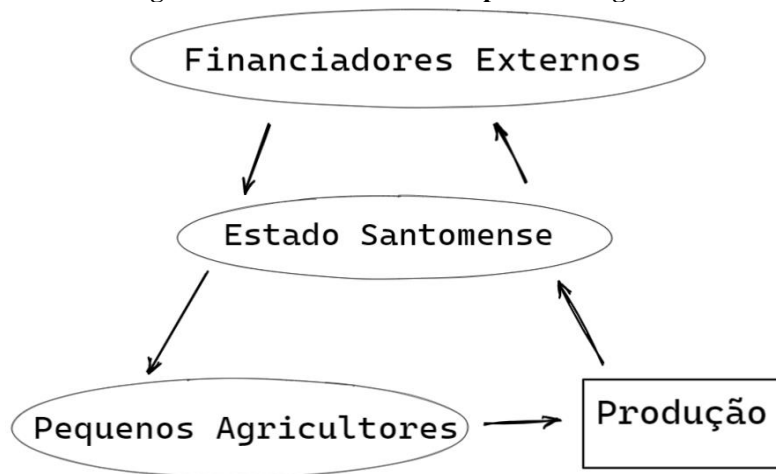
Outro aspecto da conjuntura atual é a predominância de pequenos agricultores ou agricultores familiares. Esse termo foi adotado com a implementação do PAE na década de 1980 (BERTETH, 2016; TEMUDO, 2008). Organizar os pequenos agricultores em associações e cooperativas tem sido a estratégia do Estado para conseguir os investimentos estrangeiros, bem como fazer o seu gerenciamento a nível local. Porém, as cooperativas mais atendidas pelo Estado são as voltadas aos produtos de exportação, a saber: Cooperativa de Exportação do Cacau Biológico (CECAB), Cooperativa de Exportação de Café Biológico (CECAFEB) e Cooperativa de Exportação de Pimenta e Baunilha (CEPIBA). Os agricultores não vinculados a produtos de importação como forma de buscarem apoio junto ao Estado também se organizam em pequenas associações, mas nem sempre são atendidos.

Verifica-se uma dependência dos agricultores descapitalizados em relação ao Estado, bem como uma dependência do Estado para com os financiadores externos. Por mais que o país reúna condições naturais para a prática agrícola, a dependência com países externos é em alto nível. Toda

ação do Estado é desenvolvida mediante o orçamento geral do Estado e devido à baixa capacidade financeira que o país apresenta, o orçamento do Estado depende das ajudas externas. É desse orçamento que Estado implementa as suas políticas.

Como podemos observar na Figura 5, o capital externo entra no país por meio de financiamento ao Estado, com esse financiamento criam-se políticas públicas de apoio aos agricultores para produção. Após esses produzirem, os produtos são vendidos aos mesmos financiadores. Isso é, os financiadores são também os compradores da produção.

Figura 5. Entrada e saída do capital estrangeiro.



Fonte: Elaborado a partir das informações disponíveis nas mídias nacionais

Todos os agricultores de modo geral, sejam os associados, os cooperados ou mesmo os agricultores individuais, com certo capital ou não, dependem do Estado na medida em que até as lojas agrícolas responsáveis pelas sementes e insumos pertencem ao Estado. Nesse sentido, os agricultores, em particular os horticultores, dependem dessas lojas para comprarem as sementes e os insumos para a produção. Essa relação de dependência é observada na Figura 6.

Figura 6. Relação entre Estado e agricultores.



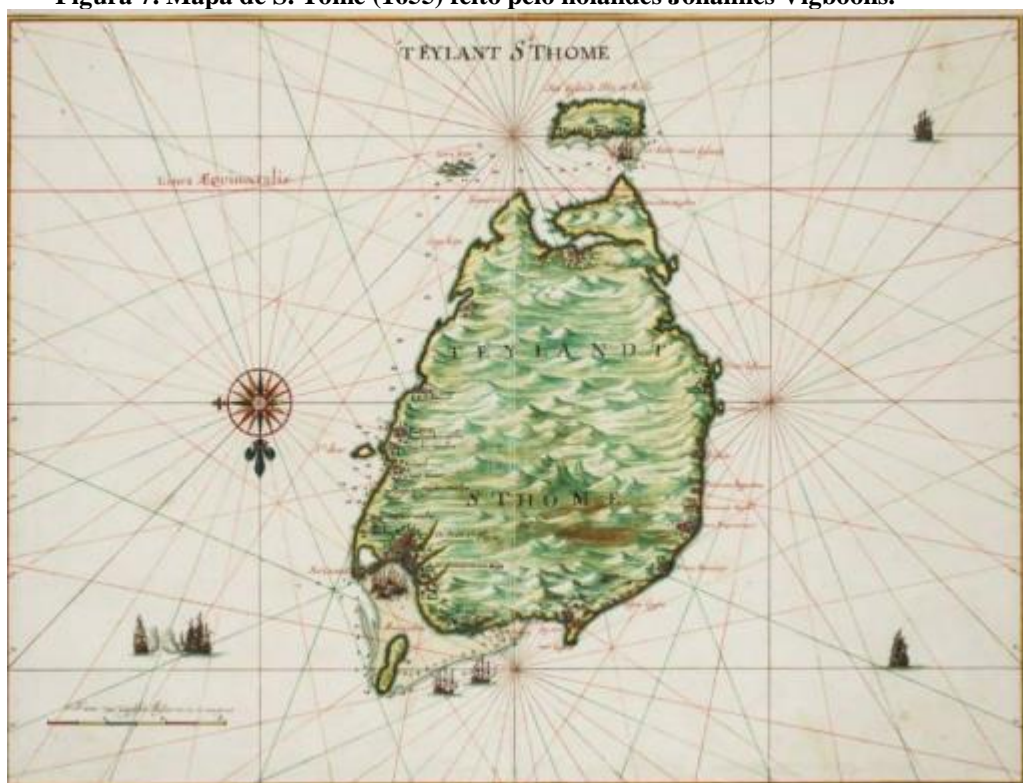
Fonte Elaborado a partir das informações disponíveis nas mídias nacionais

Com base na Figura 6, fica evidente que o Estado ocupa lugar central necessário à produção. Essa estrutura de forte dependência caracteriza a pequenez do país e a fraca capacidade dos agricultores em criar seus próprios meios que não estivessem ligados ao Estado. O lugar central que o Estado ocupa lhe confere facilidade de definir o modelo de produção local e criação de planta nacional para o abastecimento de produtos agrícolas a nível nacional. Na ilha de Príncipe, registra-se uma dependência de São Tomé para abastecimento de produtos agrícolas de gênero alimentício. Além disso, implica no alto valor desses produtos no local, de modo que a falta de transporte marítimos de ligação entre as duas ilhas em alguns momentos causa escassez de alimentos. As embarcações que ligam as duas ilhas são adquiridas em estado degradado e posteriormente concertadas. Esse fato tem levado constantemente a naufrágios de diversas embarcações ao transportarem alimentos entre as ilhas, fazendo vítimas mortais.

2.2 MODELO DE PRODUÇÃO E FINANCIAMENTO

A industrialização não é uma característica marcante no agrário santomense, tendo em vista que se nota forte utilização de insumos químicos na produção agrícola, principalmente na horticultura. Isso deve-se primeiramente ao fato de os cultivos, ainda que destinados à exportação, não demandarem uso de grandes máquinas, como podemos encontrar por exemplo nas grandes plantações em outros países (CARVALHO, 2015b). O segundo fator que constitui barreira à industrialização do setor agrário está ligado ao relevo das ilhas.

Figura 7. Mapa de S. Tomé (1655) feito pelo holandês Johannes Vingboons.



Fonte: Quaresma, 2017, p. 18.

Os terrenos das roças apresentam muitos aclives e declives, o que dificulta o uso de máquinas pesadas. Quanto aos pequenos agricultores, esses não possuem grandes parcelas de terra que demandem grandes máquinas. As ferramentas de trabalho agrícola dos pequenos agricultores continuam sendo enxada, regador, picareta, pulverizador manual e *manchin* (facão).

A importação dos insumos químicos é predominante no país. A produção agrícola se dá em maior parte com o uso dos insumos químicos e sementes importadas³⁵. Considerando que o debate sobre produção orgânica e autonomia do agricultor é ainda muito fraco, isso tem propiciado uma dependência dos agricultores quanto aos insumos, bem como a essas sementes. Os insumos e as sementes são importados e doados pelos parceiros externos.

Desde 1985, o processo de privatização das empresas agrícolas foi mais que tudo o processo de privatização da agricultura ou, de maneira mais concreta, foi de financiamento da agricultura em São Tomé e Príncipe (TEMUDO, 2008; BERTHET, 2016). Embora um primeiro processo advindo das políticas do Programa de Ajuste Estrutural financiado pelo FMI e pelo Banco Mundial tivesse durado até o ano 2000, a política de privatização e financiamento da agricultura tem continuado até

³⁵ Para maiores consultas ver: Santos e Carvalho (2018).

os dias atuais. O Estado tem se tornado o maior canalizador dos financiamentos estrangeiros que, por sua vez, são repassados aos médios empresários e aos pequenos agricultores por meio de políticas de apoio ao pequeno agricultor familiar.

Esse apoio tem se dado por meio de implementação de projetos, sendo integrado também pelo PRIASA. Porém, o primeiro projeto oficial implementado foi Programa Nacional de Apoio à Pequena Agricultura Familiar (PNAPAF), criado em 1995. A implementação desse projeto,

(...) através do financiamento do FIDA, e finalizaria em 2000, tendo sido prorrogado até 2003. O seu objectivo era o de dar apoio aos pequenos agricultores, dando origem a uma reestruturação da zona rural. A sua concretização seria assegurada por diversas Organizações Não Governamentais (ONG) internacionais e locais, das quais se destacam a americana Clusa, as francesas Association Française des Volontaires du Progrés (AFVP) e Centre International de Développement et de Recherche (CIDR) e a italiana Nuova Frontiera e respectivamente as suas sucessoras locais Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais (Zatona-ADIL), Associação de Desenvolvimento Agro-pecuário e Protecção do Ambiente (ADAPPA), Micondó e Quatelá, (SOARES, 2009, p. 35-36).

Mediante a implementação desse projeto, somente em 2007 surgiu a Federação Nacional dos Pequenos Agricultores (FENAPA) com objetivo de coordenar e representar os pequenos agricultores, servindo de mediador entre esses e o governo (SOARES, 2009; TEMUDO, 2008).

Neste estudo, a financiamento é entendido como as ajudas externas por meio de acordos de cooperação, donativos financeiros (em dinheiro) ou equipamentos.

O financiamento tem concentrado na produção de produtos primários com poucos incentivos na criação de unidades de transformação. No que tange ao modelo de produção, o país apresenta um modelo de produção em escala maior destinada à exportação integrada à produção de culturas alimentícias para o mercado local. De modo geral, as culturas de exportação são as que mais recebem financiamento.

2.3 PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR

A partir das observações diretas sobre o perfil dos agricultores familiares no país, observa-se que existem agricultores familiares capitalizados e não capitalizados, que apresentam algumas características distintas entre si. De acordo com Orlandi (2011) e Soares (2009), a maioria dos agricultores familiares usam a mão dos cônjuges e dos filhos. Trigueiros (2021) destaca que, em STP, 68% dos pequenos agricultores vivem com aproximadamente dois dólares por dia, isto é, abaixo da

linha da pobreza, e que 22% enfrentam situações de extrema pobreza. No que se refere à população em geral, o autor salienta que “a pobreza é mais acentuada nos agregados dirigidos por mulheres representando 71,3% contra 63,4% nos dirigidos por homens” (TRIGUEIROS, 2021, p. 88).

Os agricultores capitalizados são produtores de horticulturas associadas também à pecuária em alguns casos. A sua produção é designada para o mercado local, e não praticam monocultura, mas fazem grande uso dos agrotóxicos. Esses agricultores, além de se dedicarem à produção agrícola, também possuem outras formas de sustento, seja em outros pequenos negócios ou algum trabalho formal. Os agricultores capitalizados não se organizam em associações, são agricultores independentes e não buscam apoio do Estado.

Agricultores não capitalizados constituem a maioria dos agricultores familiares no país. Para conseguirem apoio do Estado, organizam-se em associações, mas os apoios que buscam são para melhoria de condições de produção. Assim, ferramentas de trabalho e mecanismos de irrigação são as necessidades cujo atendimento demandam. Os agricultores que se organizam em associações são produtores de horticulturas destinadas ao mercado local. Já os agricultores não capitalizados, que cultivam produtos de exportação, fazem parte das cooperativas responsáveis por esses produtos; café, cacau e pimenta são atualmente seus principais produtos. As cooperativas são geridas pelo governo com apoio financeiro dos parceiros externos (ORLANDI, 2011). Elas fornecem todo o apoio necessário para que os agricultores possam produzir e escoar a produção para a exportação.

Os agricultores não capitalizados, no geral, desenvolvem a agricultura de substância em paralelo com a agricultura destinada ao mercado. Mesmo os agricultores que fazem parte das cooperativas cultivam, em paralelo com os produtos de exportação, produtos alimentícios para o consumo familiar. Essa constitui a característica principal dos agricultores não capitalizados no país. Os agricultores capitalizados, por sua vez, destinam toda a sua produção para a comercialização.

Os agricultores capitalizados apresentam melhores condições de vida, porque o retorno de sua produção é maior que a do agricultor não capitalizado. Os capitalizados conseguem construir uma habitação com certo nível de qualidade, têm transporte, os filhos têm melhor acesso à educação. Já os não capitalizados apresentam uma condição de vida precária sem condições dignas, salvo raras exceções. As cooperativas não se preocupam em promover a qualidade de vida dos seus membros, seu apoio é destinado apenas à produção dos produtos agrícolas.

A maioria dos agricultores não capitalizados mora nas antigas roças. Esses lugares são vítimas da incapacidade do Estado na promoção de melhoria das condições de vida. Muitos dos agricultores ainda moram nas antigas senzalas do período colonial, em condições precárias.

Imagem 6. Casa dos agricultores e moradores na roça Monte Café.



Fonte: Santos e Carvalho, 2018

A Imagem 7, além de ilustrar a precarização da vida no meio rural em São Tomé e Príncipe³⁶, mostra os vestígios do passado colonial nas ilhas. Por outro lado, põe em evidência a incapacidade estatal na promoção de políticas públicas para melhoria de condições de vida. A permanência das senzalas no rural santomense é sem dúvida o maior símbolo do fraco desenvolvimento rural no país. A permanência dos moradores nessas casas se deve à falta de meios financeiros para aquisição de uma habitação melhor.

O pouco debate no país sobre a importância da agricultura familiar e o papel do agricultor familiar tem contribuído em certa medida para a não valorização dessa atividade. A não existência de movimentos sociais de luta em defesa dos pequenos agricultores os deixa à mercê da vontade política. Entre os agricultores não existe uma pauta político-ideológica que permita a luta coletiva para defesa dos pequenos agricultores. A baixa escolaridade dos agricultores e a falta de militantes instruídos como defensores da causa constitui o fator principal da não organização a nível nacional de luta em defesa da agricultura familiar.

³⁶ No decorrer do trabalho, foram realizadas várias visitas às localidades rurais na ilha de São Tomé. Não foi realizada nenhuma visita à ilha do Príncipe, mas sabe-se que a ilha também apresenta o mesmo cenário de precariedade.

2.3.1 As Feiras

No que diz respeito a meios de comercialização, apenas os produtos de exportação têm uma política de comercialização diferenciada. Os produtos de exportação são vendidos ao Estado diretamente, uma vez que as cooperativas representam o Estado. A cooperativa compra dos agricultores para depois proceder à sua exportação. Já os agricultores familiares que produzem para o mercado local escoam seus produtos diretamente nas feiras, por meio de venda direta ao consumidor ou às palaiês³⁷, que compram em grande quantidade dos agricultores para depois revender ao consumidor final. Como podemos observar na Imagem 8, os produtos comercializados nas feiras são hortícolas.

Imagem 7. Feira em São Tomé e Príncipe, mercado Côco-Côco na ilha de São Tomé.



Fonte: GO..., 2013.

A feira é, de modo geral, o maior canal de comercialização dos produtos agrícolas. É um canal de comercialização não regularizado fornecido pelo Estado, possível de ser encontrado nas localidades mais habitadas do país. As feiras em São Tomé e Príncipe ocorrem em espaços oferecido pelo Estado com algumas estruturas como bancadas, galões para guardar as mercadorias onde qualquer pessoa pode comercializar qualquer tipo de produto, devendo pagar uma taxa de uso do espaço. Uma vez que não há um controle rigoroso por parte do Estado, muitos acabam vendendo seus produtos fora do espaço interno da feira, Imagem 8. Outro fator que tem levado as pessoas a venderem

³⁷ Palaiês é um termo santomense usado para se referir às mulheres que fazem pequenos negócios de compra e revenda dos produtos agrícolas e pesqueiros. Em São Tomé e Príncipe, é corriqueiro o uso de palaiê de peixe salgado ou fresco, palaiê de frutas e palaiê de hortaliças.

fora do espaço interno é a falta de bancadas de venda, pois o edifício não comporta o número de vendedores.

Imagem 8. Venda no espaço externo na capital de São Tomé.



Fonte: Jornal Téla Nón, 2020

Além da venda dos produtos alimentícios, nessas feiras também se encontra a vendas de comidas e bebidas, salão de beleza, vendas de roupas, costureiros, consertos de eletrodomésticos etc. O país não tem redes de supermercados, embora existam alguns supermercados, mas devido ao alto custo, apenas os afortunados têm acesso a eles. É nas feiras onde a maioria da população adquire seus bens alimentícios e mais.

O preço das mercadorias é definido pelo preço do mercado, seguindo a lei da oferta e demanda. Quando há escassez de um determinado produto e muita procura, seu preço tende a ficar mais elevado. Isso acontece principalmente com o preço de tomate e cebola, que são essenciais na culinária santomense. Principalmente na ilha de Príncipe, onde o número de agricultores é ainda mais reduzido, os produtos são comprados em São Tomé para serem revendidos ali.

A feira principal e mais movimentada é a da capital da ilha de São Tomé, isso porque é na capital onde estão concentradas a maior parte das instituições. Ou seja, é na capital onde ocorre a vida laboral. Uma característica marcante das feiras é a presença feminina em maior quantidade. É de lá que muitas tiram o sustento da sua família. Além disso, pode-se considerar a feira um lugar de massa, uma vez que, durante as eleições, é o primeiro lugar onde os políticos vão arrecadar os votos. Os primeiros comícios dos partidos políticos são feitos em frente a essas feiras.

2.4 EMPRESAS AGRÍCOLAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Em STP não há investimento no setor secundário da economia. Isso tem colocado o país em uma condição de dependência extrema, contribuindo também para o alto custo de vida. Sem capacidade de produção, importa-se tudo. Muito embora os produtos hortícolas sejam locais, importam-se as sementes, os insumos e até mesmo as ferramentas de trabalho agrícola.

Não obstante esse cenário de dependência externa dos produtos industrializados, o país conta com algumas pequenas e grandes empresas de transformação de produtos agrícolas. Além de empresas, existem pessoas individuais que fazem transformações de alguns produtos e esses são revendidos em pequenas lojas, com maior destaque para a loja Quá Téla. Encontram-se também centros de transformação em pequenas comunidades, com destaque para o centro de transformação da mandioca em farinha³⁸. No Quadro 2 elencamos as empresas mais destacadas no país.

Quadro 2. Empresas de transformação de produtos agrícolas em funcionamento em São Tomé e Príncipe.

(continua)

Nome da Empresa	Produtos que produz
Delícias das Ilhas	Licor de chalela, gengibre, ananás, baunilha, pitanga, carambola; chás de: folha de abacateiro, sape sape, canela, chalela, folha de goiabeira; canela moída, canela em casca, pimenta selvagem, baunilha, sabão de: urucum, cúrcuma, folha ponto, folha maiyoba, banana seca.
Sabores de São Tomé	Óleo de palma, compotas de: goiaba, manga, papaia, jaca; licores de cacau, café, canela, gengibre.
Agripalma	Óleo de palma
Vila Irene	Cítricos
Mezóchi	Licores
Rosema	Cerveja
Tentação	Biscoitos de Canela, Gengibre, Cacau, Café; Óleo de Coco
V&V	Óleo de Coco, Banana Seca
Atransfor	Gengibre em pó, aguardente, malagueta moída, Cacau em pó, cacau em saquetas, Caramelo de gengibre, Biscoito de Cúrcuma

³⁸ A farinha de mandioca não é usada com frequência na confecção de pratos santomenses. Muito embora seja usada como acompanhante em alguns pratos e na confecção de alguns doces, a farinha de trigo é a mais utilizada e não há qualquer produção dessa no país.

Quadro 2. Empresas de transformação de produtos agrícolas em funcionamento em São Tomé e Príncipe.

(conclusão)

Nome da Empresa	Produtos que produz
Zaza	Óleo de Coco Com aromas, alecrim, café, canela, casca de limão, limão, Carvão em Pó para máscara facial, doce de coco, farinha de coco
Elagric	Doce de amendoim, doce de coco, doce de amendoim e chocolate, doce de coco seco e doce de coco seco com gengibre, caramelo de cacau, biscoito de gengibre; farinhas de matabala, batata doce, mandioca integral, banana pão e prata, jaca seca, coco seco, papaia seca, banana seca, amêndoas de STP, muesli (misturas de várias frutas secas)

Fonte: elaboração a partir da pesquisa de campo.

Das empresas referidas, a Agripalma é atualmente a maior empresa agrícola em São Tomé e Príncipe. Pertence ao grupo Socfin (*Société Financière des Caoutchoucs*), cuja maior parte das ações pertencem ao Grupo Bolloré, da França. Presente em oito países africanos, em São Tomé e Príncipe a empresa possui uma unidade de processamento, com uma plantação de dendê que ocupa uma área de 2100 hectares, mas o total da área na posse da empresa é de 4.917 hectares (AGRIPALMA, c2018). A empresa é o maior empregador privado no país, com um total de 793 funcionários. A plantação de dendê é a única em maior escala.

Localizada ao sul da ilha de São Tomé, a Agripalma foi a única empresa, que se sabe até o momento, de fontes críveis, que esteve envolvida em conflito por posse de terra. No ano de 2014, a empresa expandiu o seu cultivo de dendê em terras que pertenciam à empresa Vila Irene, de Aurélio Leonor Dias da Silva, cidadão nacional. De acordo com o jornal *Téla Nón*³⁹, na carta enviada ao Ministério da Agricultura, Aurélio afirmava que caso a situação não fosse resolvida no prazo de oito dias, ele iria derrubar com motosserra todos os palmares plantados pela Agripalma, dentro do espaço que lhe pertencia.

As empresas mencionadas estão todas situadas na ilha de São Tomé. Por falta de meios não foi possível deslocar-me à ilha do Príncipe. Não obstante isso, as empresas em São Tomé e Príncipe são, em sua maioria, de pequeno porte. São pequenos empreendimentos de iniciativa privada.

³⁹ *Nossa terra* na língua forro.

CAPÍTULO III

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas agrícolas para São Tomé e Príncipe deverão ser pensadas de acordo com as especificidades do país. De fato, não podemos negar o potencial agrícola que o país possui, podendo ser sim o motor do desenvolvimento nacional. Porém, é necessário criar um equilíbrio entre a produção de exportação e a produção familiar destinada ao mercado local. Por outro lado, importam políticas para além de incentivos à agricultura familiar, faz-se necessária a implantação de políticas de proteção aos agricultores familiares (KAUTSKY, 1998).

A pauta de fundo apresentada por Kautsky (1998) é reformista e dialoga em certa medida com as realidades santomenses, embora o autor retrate sobre uma realidade totalmente diferente. O caso atual de São Tomé e Príncipe dialoga com a pauta reformista uma vez que o problema central da questão agrária, conforme abordado, é a necessidade de reordenamento fundiário e a falta de políticas públicas para desenvolvimento agrícola. A reforma apontada pelo autor assenta-se em três medidas específicas:

- I. Medidas de assistência ao proletariado rural;
- II. Medidas em defesa da agricultura;
- III. Medidas em defesa da população rural.

Apesar das desigualdades sociais e a pobreza generalizada que marcam o país no geral, a situação é mais agravante no meio rural. Ao proletariado rural, a extensão da legislação trabalhista ao campo seria uma maneira de proporcionar melhores condições de trabalho. Orlandi (2011) ressalta que a contratação de mão de obra para agricultura tem se dado de modo informal, sem qualquer registro. O momento de colheita é geralmente o contexto em que mais ocorre essas contratações por um pequeno período. Mas, mesmo em casos de empreendimento com funcionários fixos, esses não são registrados. A falta da garantia dos direitos trabalhistas tem contribuído para precariedade das condições de trabalho no meio rural. Por outro lado, segundo a autora, as jornadas de trabalho por vezes ultrapassam oito horas de trabalho e não possuem uma remuneração compatível.

Quanto às medidas em defesa da agricultura, o país requer maiores ações do Estado voltadas à defesa da agricultura familiar, dada a sua importância na produção de alimento. A insuficiência da produção no suprimento das necessidades da população é um dos problemas já identificado por Espírito Santo (2008), mas que até o momento não teve a devida atenção. Associado a essa baixa de produção e à falta de meios de transformação dos produtos agrícolas, o país tem necessidade de

importar produtos alimentícios. Como podemos observar, os produtos importados têm valor agregado, o que encarece o seu custo de aquisição, conforme Quadro 3.

Quadro 3. Relação de produtos nacionais e importados.

Principais produtos alimentícios produzidos em São Tomé	Produtos exportados	Principais produtos alimentícios importados
Hortícolas, tubérculos (mandioca, yame, matabala), bata doce (branca, roxa), banana, azeite de dendê.	Cacau, café, baunilha	Arroz, sal, açúcar, feijão, alho, cebola, batata rena óleo de soja, azeite de oliva, grão bico, ervilha, extrato de tomate, farinha de trigo.

Fonte: Elaboração do autor

A insuficiência da produção seria solucionada por meio de políticas que incentivassem o cultivo. Isso seria necessário para aumentar o número de agricultores e, dessa forma, aumentar a produção. Por outro lado, a criação meios de comercialização estatais que garantissem a venda dos produtos desses agricultores faz-se também necessária. A venda na feira é incerta. Por vezes, os produtos demoram pra vender e até acabam por estragar devido às condições do ambiente, pois as feiras não possuem uma estrutura que permita conservar produtos hortícolas por muito tempo.

Já com relação à terceira medida, as zonas rurais estão jogadas à própria sorte. A não descentralização, oriunda do fato de as instituições públicas concentrarem-se na capital, tem contribuído para a aglomeração na capital. A capital, distrito de Água Grande⁴⁰, é o menor em dimensão, porém o mais populoso. Já o distrito de Caué é o maior em dimensão e o menos populoso. A necessidade de se melhorarem as condições de qualidade vida nas zonas rurais é crucial, de modo a tornar os espaços rurais espaços mais dignos de vida.

⁴⁰ O país conta ao todo com sete distritos: Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo, Caué, Lemba, Lobata e Pagué na ilha de Príncipe. Cada distrito possui uma Câmara que é a instituição responsável pelos assuntos sociais. Cada Câmara tem um presidente e seus colaboradores.

3.1 AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR: AS CONTRADIÇÕES ATUAIS

Embora o país seja agrícola, com solo fértil e clima favorável, apresenta também uma contradição no que diz respeito à segurança alimentar. Os produtos agrícolas dividem-se entre produtos de exportação e produtos de cultura alimentar. Nota-se maior empenho da parte do Estado nas culturas de exportações, hoje denominadas no país como fileiras de exportação, do que nas culturas alimentícias que abastecem o mercado interno. As culturas alimentícias são alvos de pouco investimento. Isso tem contribuído para um aumento desigual na produção para exportar em relação à alimentícia, encarecendo os produtos locais.

Essa constatação é sustentada com base na entrevista feita com a coordenadora do Projeto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar II (PRISA II), em que foi confirmado que, em São Tomé e Príncipe, a segurança alimentar é algo ainda a ser alcançado. Segundo o site do projeto, “O objetivo do projecto é melhorar a qualidade e disponibilidade de produtos agrícolas e pesqueiros no mercado local, através do reforço de capacidade institucional e modernização das infraestruturas agrícolas e pesqueiras”.

Financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o projeto abarca atualmente 13.000 beneficiários. Segundo a coordenadora do projeto, a agricultura alimentar está ao encargo dos agricultores familiares e o Estado apenas auxilia com criação de infraestruturas. Mas não existe um plano logístico da produção de maneira que não falte alimentos ou que aumente a produtividade e, assim, para baratear os preços dos alimentos. Atualmente, o preço do que é produzido no país é mais caro do que o que é importado. Durante o tempo em que decorreu a pesquisa *in loco*, um quilo de arroz importado do Japão custava € 0,52 cêntimos, a batata doce custava € 1. Na moeda local, 1 euro equivale a 25,00 dobras (Dbrs); logo, enquanto o quilo de arroz importado custava 13,00 Dbrs, a batata doce produzida no país custava 50,00 Dbrs. De modo geral, com base no tempo da estada em São Tomé e Príncipe, pude perceber que o custo da alimentação era muito elevado.

Uma vez que as fileiras de exportações são financiadas pelos parceiros externos, há uma maior organização e controle da produção. Já a produção dos alimentos para o abastecimento do mercado interno não segue o mesmo padrão de organização.

Por outro lado, a dieta alimentar no país é baseada nos produtos industrializados e importados. Isso tem contribuído em certa medida para a não valorização do consumo dos produtos locais. Associadas a isso, a problemática do êxodo rural e a não aderência dos jovens à prática da agricultura vêm contribuindo para a existência de poucos agricultores, sobretudo de gêneros alimentícios. Por

meio do PRIASA II, agricultores que individualmente manifestem interesse na prática agrícola, ou que já a praticam, recebem do projeto apoios quanto à infraestrutura para desenvolver as suas atividades.

O alto custo de vida tem feito com que a agricultura não seja vista como um trabalho lucrativo. A maioria dos agricultores apresenta condições de vida precárias, salvo alguns poucos. Os próprios agricultores não incentivam muito os seus filhos a seguirem a profissão do pai, porque dizem que agricultura não dinheiro é rentável. Verifica-se também pouco incentivo do Estado tanto para o consumo de produtos locais quanto para fazer com que os jovens adiram à agricultura como um trabalho promissor. Observa-se que os que aderem à agricultura, fazem-no por falta de escolaridade que permita um emprego em outro local, como por exemplo, um escritório.

A questão agrária em São Tomé e Príncipe tem impacto direto na produção agrícola e essa por sua vez impacta na segurança alimentar. Isso por sua vez, nos impele a necessidade de pensar o reordenamento fundiário.

3.2 NOVO REORDENAMENTO FUNDIÁRIO E NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A realidade da questão agrária presente em São Tomé e Príncipe assume características próprias, embora haja algumas similaridades com as realidades debatidas pelos intelectuais brasileiros e os demais internacionais. Como bem apontou Stédile (2013), a questão agrária está atrelada a fatores históricos políticos. O socialismo santomense após independência sempre esteve atravessado pelo clientelismo, corrupção e o aproveitamento dos bens públicos para fins pessoais mis que coletivo. As premissas centrais da reforma agrária (modo de produção e campesinato), quando analisadas em São Tomé e Príncipe, deixam evidente que o problema da questão agrária está na necessidade de novo reordenamento fundiário e a falta de políticas públicas para desenvolvimento agrícola que dê maior segurança aos pequenos agricultores e promova melhores condições de vida de moradores rurais.

O primeiro fator importante que mostra a especificidade santomense é ausência da luta pela terra. Khalil (2016), em sua abordagem da luta pela terra, considera os conflitos entre os europeus e os povos indígenas como sendo o ponto de partida desse debate. No processo de ocupação das ilhas pelos portugueses, não foram registrados conflitos pelo fato de não haver, no arquipélago, populações estabelecidas quando da chegada dos portugueses. Reza a lenda que os povos angolares que habitam a região sul do da ilha de São Tomé já estavam nessa região antes da chegada dos colonizadores.

Porém, não há um consenso sobre essa ocupação prévia, ou se eles eram escravizados que ao fugirem das plantações, formaram quilombos na região sul, uma vez que aquelas terras ainda se encontravam desabitadas.

Até o momento, São Tomé e Príncipe nunca registrou conflitos com vítimas mortais decorrentes da luta pela terra. Dos poucos tumultos que já ocorreram quando da invasão das terras que não estavam sendo utilizadas, não se registrou nenhum ferido ou qualquer vítima mortal. A expressão luta pela terra não é frequente no país, nem as ocupações de propriedades abandonadas. Foram poucos os casos ocorridos em que a população invadiu uma grande parcela de terra que não estava sendo utilizada. Nas poucas vezes em que isso ocorreu, as terras invadidas foram usadas para construção de habitação e produção agrícola.

As ocupações das terras acontecem quando uma grande parcela de terra não está sendo usada para nenhum fim e encontra-se abandonada, por pessoas que procuram por um pedaço de terra para viver ou trabalhar⁴¹. Nas zonas rurais é onde se encontra a maior parte das terras abandonadas e a presença do Estado é quase imperceptível. É lá onde os moradores mais vão avançando em terrenos abandonados, construindo suas habitações e seus espaços de cultivos.

Desse modo, a problemática da questão agrária assume novos contornos. Devido às irregularidades do relevo, o crescimento e expansão da população em terrenos sem aclives tem tornado cada vez mais raros. Percebe-se, por outro lado, a disputa entre melhores terrenos para construção de habitação e para produção. Terrenos com aclives são mais difíceis de construir casas e, para o desenvolvimento de agricultura, demandam certa tecnologia. Na ilha de São Tomé, a região nordeste é a mais plana da ilha, as demais apresentam grandes irregularidades. Dado aos fatos apresentados, nos dias de hoje, o que se faz necessário é um novo reordenamento fundiário com políticas públicas para desenvolvimento agrícola e fortalecimento da agricultura familiar.

Nos anos de 1980 a 2003, a privatização das terras e distribuição das terras aos pequenos agricultores não levou em consideração projeções de crescimento demográficos. Áreas agrícolas e habitacionais se misturam em mesmo espaço. Fazer novo reordenamento fundiário faz-se necessário de modo a organizar a distribuição da população no espaço físico e áreas de produção agrícola. Por outro lado, permitirá a construção de um plano desenvolvimento rural para o país.

⁴¹ Não foram encontrados dados oficiais sobre a ocorrência dessas ocupações. A mais recente, de que se soube por meio de moradores locais, foi na zona de Pantufo. A parcela ocupada é conhecida como Cuscuto. Não foram obtidas informações sobre ocupações na ilha do Príncipe, porém existem relatos da maior empresa na ilha Here Be Dragons (HBD), uma empresa turística que tem comprado cada vez mais terras nessa ilha. Caberia um estudo mais aprofundado na ilha do Príncipe sobre a presença da HBD na região.

De certa forma não podemos afirmar que exista escassez de terra. A partir da leitura paisagística, encontramos várias partes do país ocupadas por florestas. Ao que tudo indica, o problema central atual não é escassez de terra, mas sim a disputa por melhores terrenos para construção de moradias e produção agrícola. Entre a produção agrícola, a pequena produção familiar tem disputado espaço com as culturas de exportação.

À medida em que a população vai crescendo, novos espaços vão sendo ocupados. O crescimento demográfico e a desorganização da distribuição das pessoas no espaço físico e a pequenez da dimensão territorial associado ao relevo das ilhas já constitui um problema com o qual o Estado terá que lidar. O novo reordenamento fundiário é necessário para tencionar o problema agrário. Como ressaltou o representante da Direção da Pecuária, “áreas que produção estão tornando em áreas de construção e área de construção em áreas de produção” (DIREÇÃO DA PECUÁRIA, 2021).

Embora não haja escassez, as maiores e melhores terras estão na posse das empresas agrícolas privadas, com as cooperativas de cultivo para exportação e a pequena elite política. A aquisição de terras tem se dado no momento atual por meio da compra, ou pelo arrendamento direto junto ao Estado, no caso de pessoas com poder financeiro que pretendem explorar uma vasta área. A compra e venda entre pessoas físicas, ou seja, de terceiros, também é corriqueira principalmente para construção de habitações. No que tange à distribuição de terras para pequenos agricultores, o Estado apenas vem concedendo títulos de posse, uma vez que agricultores já ocuparam as terras que estavam abandonadas.

Outro motivo que faz necessário o reordenamento fundiário é a delimitação de espaço entre a construção de habitação e espaço para construção de vias de acesso. Como podemos ver na Figura 6, as vias de circulação, além de serem muito estreitas, são vias de mão dupla, com raras exceções. Isso é o fator que mais vem contribuindo para acidentes de viação, resultando desde invalidez a até vítimas mortais. Além de acidentes, os pedestres também não têm segurança, estando expostos a atropelamentos, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2. Comparação de acidentes de viação primeiro semestre de 2019 – 2020.



Fonte: Polícia Nacional, 2020

De acordo com o Gráfico 2, o país registrou um total de 416 acidentes de viação no primeiro semestre de 2019 com uma média de 69,3 acidentes por mês, com um total de atropelamento de 142. A mesma análise feita para primeiro semestre de 2020, registrou-se um total de 376 acidentes de viação com uma média de 62,66 acidentes por mês, com um total de 120 atropelamentos. Se somarmos os dois semestres, temos um total de 792 acidentes em 12 meses, sendo uma média de 66 acidentes por mês.

Os dados fornecidos pela Polícia Nacional não apresentam dados referentes ao segundo semestre, principalmente o mês de dezembro, mês esse em que tende a haver maior número de acidentes devido ao aumento do consumo de álcool. Dezembro é o mês de maior agitação no país devido à festa de Natal e a virada do ano. A quadra natalícia é celebrada com abuso excessivo de bebidas alcoólicas.

Além dos acidentes, a dificuldades que o corpo de bombeiro tem para socorrer as vítimas também é algo preocupante. Em virtude disso associado às vias esburacadas, em muitos casos, os pacientes acabam por falecer antes mesmo de chegar ao hospital. Os bombeiros de incêndios também têm dificuldades de chegar a tempo no local de incêndio por falta de via de acesso. Inúmeras são as famílias que viram suas casas sendo consumidas pelo fogo nessa situação. As vias além de estreitas, não há acostamento, e algumas nem calçadas para pedestres tem e, as que têm, mal têm capacidade para um pedestre.

Até então o Estado não tem feito loteamento dos terrenos para delimitar esses espaços. A desorganização do próprio Estado tem permitido que cada um construa em qualquer lugar sem deixar

o devido espaço para construção de vias de acesso. Muitas localidades ainda não têm vias asfaltadas, os bairros surgem sem qualquer ordenamento, com casas sendo construídas antes dos asfaltos, água e energia. Durante as campanhas para eleições legislativa, as maiores promessas feitas pelos partidos envolvem levar água, energia e asfaltos. É corriqueiro o comentário de que “todos os anos deveria haver eleições”, pois as vésperas das eleições, como forma de conseguir votos, o governo procede com algumas ações de melhorias.

A ineficiência das políticas públicas na promoção do desenvolvimento rural e principalmente no incentivo à agricultura familiar tem contribuído para a desvalorização de agricultura como uma profissão digna. A agricultura ainda é vista como uma atividade que não traz retornos financeiros que possibilitem uma vida com melhores condições. Muitos, principalmente a camada jovem da população, veem agricultura como um trabalho que demanda muito esforço, ou seja, é demasiadamente cansativo e sem retorno financeiro. Os próprios agricultores não desejam que seus filhos trabalhem na agricultura pelo fraco retorno financeiro que têm tido.

Como já abordamos, a precariedade e as condições de pobreza que caracterizam o país são maiores entre os agricultores familiares e a população das áreas rurais. Maiores incentivos por meio de políticas de fortalecimento e proteção do agricultor familiar apresentam-se como saída para solucionar o problema (KAUTSKY, 1998). No caso santomense, o reordenamento fundiário transcende a questão agrária. É um problema central que impacta o desenvolvimento do país como um todo.

3.3 A PRECARIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL E POLÍTICAS DE MELHORIA DE VIDA

O subdesenvolvimento que caracteriza o país não pode ser explicado por falta de apoios financeiros. O país conta com ajuda dos maiores órgãos externos desde os primeiros anos após a independência. A União Europeia, Nações Unidas (ONU) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) têm sido os principais parceiros dos primeiros anos após a independência (TRIGUEIROS, 2021). Além desses, países como China, Guiné-Equatorial e Nigéria são parceiros que vêm apoiando o país na luta contra o subdesenvolvimento. Mediante as ajudas que o país vem recebendo, dadas as características geográficas e demográficas que facilitariam o desenvolvimento, o cenário atual deixa a desejar.

A resposta mais convincente para justificar a pobreza em um país de 1001 km² com menos de meio milhão de habitantes é sustentada no clientelismo de Seibert (1998), associada à falta de

“vontade política”. Para Trigieiros (2021), há necessidade de se criarem políticas de melhorias sociais de redução de custo de vida. Contudo, em meio à pobreza generalizada, a elite política ostenta uma vida de luxo.

Após a independência, criou-se em São Tomé e Príncipe um Estado baseado nas relações clientelistas que têm condenado o país a uma situação de desigualdade econômica e social; a incapacidade estatal na promoção de políticas públicas para melhoria de condições de vida da população tem relegado o país de modo geral e as localidades rurais em específico a uma condição de pobreza.

As antigas roças se tornaram hoje as localidades atuais que formam assim o conglomerado rural do país. Essas localidades vêm sendo vítimas do fracasso das políticas do Estado na promoção de desenvolvimento local e de garantia de melhores condições de vida. Embora no país como um todo não existam situações de miséria (SILVA, 2014; ORLANDI, 2011), as localidades rurais principalmente são as que mais sofrem com a falta de infraestrutura e saneamento básico. Ainda hoje, é corriqueiro que a população percorra quilômetros a pé para ter acesso a escolas, à água potável, bem como às instituições mais importantes, uma vez que essas se concentram na capital do país. A população não tem fácil acesso a cartórios, hospitais, universidade etc.

Imagem 9. Falta de acesso à água canalizada na comunidade de Pantufo na ilha de São Tomé.



Fonte: Foto de Relson Diogo

A Imagem 10 retrata as dificuldades que população tem com relação ao acesso fácil à água potável. Essa é uma realidade encontrada não só na comunidade de pantufo, mas sim é vista em todo país.

A má gestão dos recursos públicos é a principal causa dessa pobreza estrutural do país. Tendo em conta que o setor privado é ainda sem grande relevância, o Estado tem sido o maior empregador e o único incumbido de promover melhorias sociais (SEN, 1999). Embora o país não possua muitos minerais, tendo descoberto petróleo apenas na década de 1990, São Tomé e Príncipe tem recebido diversas ajudas externas por meio dos acordos bilaterais; porém, os frutos desses acordos não têm impactado a vida da população. O cenário de pobreza generalizada é visto em todo o país. As imagens que se seguem retratam esse subdesenvolvimento encontrado em diversas regiões do país.

Imagem 10. Baía de Ana Chave na capital de São Tomé.



Fonte: Foto de Yure Lambertini, 2022

Imagem 11. Capital de São Tomé.



Fonte: foto de Yure Lambertini, 2022

Imagem 12. Alagamento no bairro Satón em São Tomé.



Fonte: Jornal Tela Nón, 2020

Imagem 13. Localidade de Neves no Norte em São Tomé.



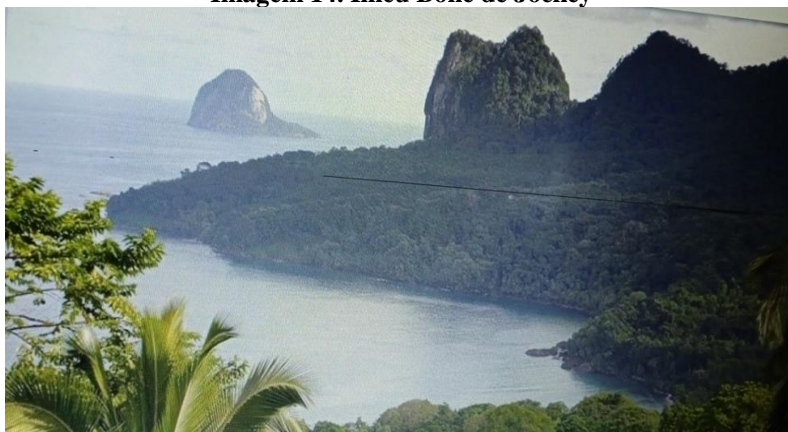
Fonte: Foto de Amedy das Neve, 2022

O subdesenvolvimento associado ao clientelismo fez com que fazer parte dos aparelhos do Estado em São Tomé e Príncipe fosse visto como o modo mais fácil para que as pessoas pudessem melhorar as suas condições financeiras. Isso, por sua vez, tem contribuído para a má gestão dos bens públicos, corrupção e o nepotismo que caracterizam atualmente e sempre caracterizaram a política santomense. Porém, nem todos conseguem obter um cargo na função pública.

As especificidades do país fazem com que o Estado seja o agente principal incumbido de proporcionar melhorias de condições de vida. Ao que se observa são fracas as contribuições do setor privado no crescimento e desenvolvimento do país. Embora haja incentivo do Estado ao empreendedorismo, o setor privado está mais voltado à prestação de serviços e comércio de bens industrializados importados. O que tem encarecido o custo de vida é o alto custo dos produtos importados e acesso aos serviços como educação, saúde e moradia. Por outro lado, a remuneração do setor privado não é compatível ao alto custo de vida.

Não obstante o subdesenvolvimento que caracteriza o país, São Tomé e Príncipe apresenta grandes potencialidades que, bem aproveitadas, contribuirão para a reversão das realidades atuais. Além de um solo fértil e clima favorável à agricultura, o país apresenta potencialidades turísticas. As ilhas de origem vulcânica foram agraciadas com maravilhas da natureza, conferindo-lhes potencial para desenvolvimento do turismo sustentável. Nas águas mornas do Oceano Atlântico, o país tropical visto do alto espelha pela sua vista admirável uma natureza abundante.

Imagem 14. Ilhéu Boné de Jockey



Fonte: LITORAL, 2014.

Boné de Jockey é um pequeno ilhéu com formato de um boné mais próximo à ilha de Príncipe. Além do Boné de Jockey, encontra-se o ilhéu Bom Bom e o ilhéu Carçoço. Cercada pelo mar vasto para passeios de barco e praias banháveis de água quente, o ambiente natural das ilhas favoreceu a existência de uma fauna e flora caracterizada por espécies endêmicas.

Imagem 15. Praia Tamarindos na ilha de São Tomé.



Fonte: PRAIA..., 2015.

O nome da Praia Tamarindos é devido ao fato de ser povoada por grande quantidade de tamarindos. O tamarindo e baobá, conhecido na ilha por micondó ou, ainda, por imbondeiro, são abundantes nas praias da região oeste, noroeste e norte de São Tomé. Um dos pontos turísticos do país, a Lagoa Azul, é um dos lugares em São Tomé que concentra maior quantidade de árvores de imbondeiros além de tamarindos. A Lagoa Azul localiza-se ao norte. Para chegar à praia, é preciso descer um aclave, o que, por outro lado, possibilita olhar a praia do alto. Avistada do alto, a vista da

cor do mar alterna entre o azul-turquesa e o verde-esmeralda, de acordo com a disposição da luz. Nas águas claras, pode ser observada grande variedade de corais.

Imagem 16. Lagoa Azul.



Fonte: SÃO TOMÉ..., c2022.

A biodiversidade é garantida pela floresta virgem abundante no país. A floresta abundante nas ilhas confere-lhe potencial medicinal. As florestas têm sido um campo de estudo dos farmacêuticos internacionais devido à grande quantidade de plantas medicinais nelas encontradas. Em julho de 2012, a ilha de Príncipe foi considerada a reserva mundial da biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Obô, que na língua local significa floresta, é um lugar possível de se visitar.

Imagem 17. Parque natural Obô em São Tomé



Fonte: SÃO TOMÉ..., c2021.

O Parque Natural Obô é uma Obô, uma área protegida de 300 km² repartidos entre as duas ilhas. O parque abriga mais de 895 espécies de plantas registradas dentre quais 400 são endêmicas. É nesse parque onde nascem os maiores rios das ilhas que durante seu percurso até desaguar no mar formam várias cascatas. Rios de água doce existem em abundância no país, porém são pouco aproveitados.

Imagem 18. Cascata S. Nicolau.

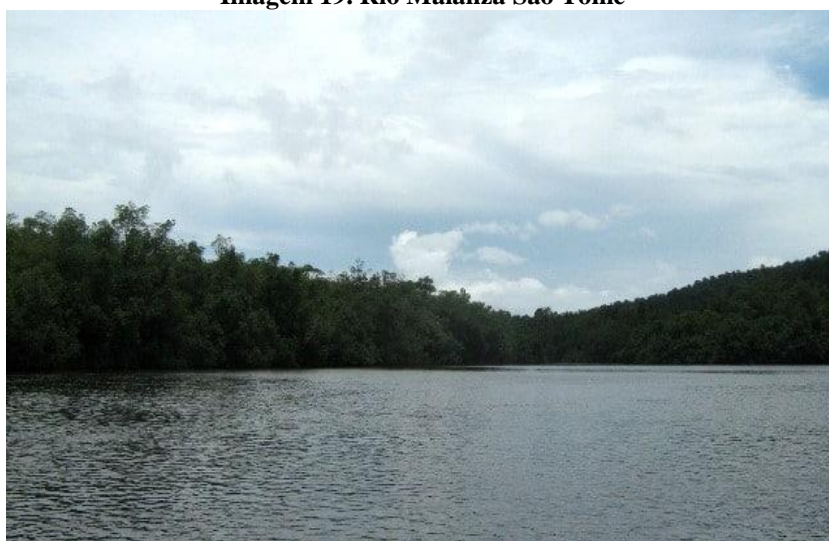


Fonte: SÃO TOMÉ..., c2021.

Com cerca de 20 metros de altitude e situado no centro do país depois da roça saudade, a Cascata S. Nicolau é uma das mais conhecidas e admiráveis, com vegetação verde e exuberante que contrasta com o ar fresco vindo das águas.

Mais ao sul da ilha de São Tomé encontra-se o Rio Malanza, com maior caudal. Possui 23 metros de altitude, com cerca de dois quilômetros de leito navegável para canoas de remo da foz para o interior.

Imagem 19. Rio Malanza São Tomé



Fonte: Jornal Téla Nón, 2009.

As potencialidades turísticas que o país possui já estão identificadas. Porém, são pouco exploradas devido à desorganização do país, bem como à falta de infraestruras. Por outro lado, verifica-se falta de investimento do Estado ao turismo, permanecendo esse setor sob os investimentos privados e, sobretudo, estrangeiros.

Melhores vias de acesso, segurança pública e infraestruras são medidas necessárias para o crescimento do turismo. Na ilha do Príncipe, o turismo é controlado na sua maioria pela empresa Sul africana HBD-Boa Vida. De acordo com jornal Téla Nón (2012), a empresa projetava investir mais de 70 milhões de euros até 2020. Embora sem dados institucionais, os moradores da ilha já afirmam que a mesma empresa tem comprado do Estado grandes quantidades de terra e a suspeita é que HBD possua a maioria das terras da ilha de Príncipe. Já em São Tomé, as empresas portuguesas dominam as maiores redes de hotéis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização portuguesa esteve voltada meramente à produção de produtos primários. Sem qualquer intenção de fazer das pequenas ilhas um espaço de vida para os portugueses, não foram criadas durante o período colonial estruturas que criassem condições para um futuro desenvolvimento e crescimento dos habitantes das ilhas. Da chegada dos portugueses até o momento de independência em 1975, as ilhas foram caracterizadas apenas por uma economia primária exportadora, com produção de cana de açúcar num primeiro momento e posteriormente de café e cacau.

Após a independência, o país continuou o modelo de economia já implementado pelos portugueses. O Estado herdou da era colonial uma economia que já vinha declinando e não conseguiu dinamizá-la. Os efeitos da infertilidade do solo devido aos longos anos de monocultura já começavam refletir na baixa de produção anos antes a independência, o que levou à insustentabilidade da produção agrícola, e no pós independência esse cenário não foi contornado.

Sem muito quadros formados e sem recursos financeiros, o país começou a enfrentar momentos de crises. Aderir à PAE foi portanto a saída para solucionar o problema da crise. As recomendações do PAE levaram à nova estrutura agrária, que visava dinamizar a economia. Implementou-se uma reforma agrária pautada na distribuição de terras para o setor privado e para pequenos agricultores familiares. Esse processo que começou oficialmente em 1993 e terminou no ano de 2003, além de favorecer o setor privado, foi também marcado pelo clientelismo facilitando dirigentes públicos conseguirem para si terras que poderiam ser distribuídas para os pequenos agricultores. As maiores e melhores terras ficaram na posse do privado e dirigentes políticos.

Foi também nesse período que foram implementados com ajuda financeira externa os primeiros programas de incentivo à agricultura familiar. O objetivo era reduzir a dependência do país a importação dos produtos alimentícios. Porém, o setor agrário não conseguiu promover o desenvolvimento nacional como era almejado e, neste trabalho, sustentamos a hipótese de que a razão disso se deve ao fato de o país ter uma economia baseada em produtos primários com fraca indústria de transformação. A falta de industrialização fez com que a importação superasse a exportação impactando de forma direta o desenvolvimento do país.

De 2003 aos dias atuais, não houve alteração nas estruturas agrárias. As medidas do PAE não dinamizaram o agrário santomense. Passados 47 anos da independência, a agricultura familiar não tem conseguido atender às necessidades de toda população, isso devido ao pouco incentivo e às políticas de proteção aos agricultores familiares. Hoje, a necessidade de novo reordenamento

fundiário e a necessidade de medidas reformista destinadas ao desenvolvimento agrícola constituem o epicentro do problema agrário atual. Associado a isso, a não delimitação de espaço de produção agrícola e espaço de construção de moradias face ao crescimento da população levou a uma desorganização do uso da terra, resultando em um problema para a questão agrária santomense.

Por outro lado, o clientelismo político, a alta corrupção e a má gestão dos recursos públicos nos últimos 47 anos têm condicionado o país ao subdesenvolvimento. Desse modo, fica evidente que a questão agrária ainda é um problema a ser resolvido.

A escassez de terra ainda não é problema central na questão agrária em São Tomé e Príncipe. Reordenamento fundiário e incentivos para o desenvolvimento da agricultura familiar apresentam-se hoje como um problema central. Embora haja melhorias nas terras que pertencem ao setor privado e dirigentes políticos, há terras que podem ser exploradas mediante políticas de incentivos e fortalecimento ao agricultor, principalmente para aqueles cujo terrenos contêm aclives e declives.

O subdesenvolvimento que aflige o país no geral é consequência da má gestão. Embora o país apresente uma economia fraca, desde sua independência, tem sido beneficiado com vários apoios internacionais que, se fossem bem geridos, levariam a uma realidade atual diferente. Políticas que reduzissem os custos do acesso a habitação, educação e locomoção (transporte) hoje são os principais caminhos para melhoria de condições de vida. A transformação das zonas rurais em espaços mais dignos de viver faz-se prioritária na agenda do governo. Água potável, saneamento básico, energia, vias de acesso e criação de novos empregos são medidas necessárias para promoção do desenvolvimento rural em São Tomé e Príncipe.

A organização dos topicos que estruturou esse estudo pretendeu além de apresentar o problema central da questão agrária santomense, fazer uma caracterização da colonização portuguesa, bem das estruturas agrárias no período que antecede o surgimento do Estado, isto é, o período colonial. A colonização portuguesa não agregou para o país quais modificações estruturais que promovesse melhores qualidades de vidas. Também não criou infraestruturas que viessem a possibilitar futuramente um crescimento e desenvolvimento socioeconómico. Toda a colonização baseou-se na exploração do solo e da mão de obra africana para produção de mercadorias de exportação.

O pós independência caracterizou-se pelo nascimento de um Estado frágil e dependente financeiramente das ajudas externas. O subdesenvolvimento pelo qual o país vive, é por um lado pela falta de recursos financeiros, contudo, cabe destacar que a falta de dinheiro não é hoje o único motivo para o subdesenvolvimento de um país principalmente no caso dos países subalternos, mas também o excesso de dinheiro vindo de empréstimos, isto “ajudas” externas. Nesse sentido como

recomendação para estudo futuro, esse estudo enfatiza a necessidade de identificar e analisar em que medida o excesso de “ajudas” externas tem sido um obstáculo ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe uma vez que o orçamento do Estado conta na sua maioria de ajuda externa.

No que tange a centralidade do problema da questão agrária, a conclusão desse estudo lança luz as características do Estado para secularização da questão agrária. Além das estruturas da questão agrária apresentadas no capítulo III, contribuem com elas duas características estruturantes do Estado: o clientelismo já trabalhado pelo autor Seibert, e a partir da minha dissertação a incapacidade burocrática estatal. A falta de dados pelos órgãos que integram o MAPDR apresenta como obstáculo criação de estratégias mais eficientes ao problema agrário, bem como identificação de problemas prioritários. Essa incapacidade burocrática estatal dificulta a avaliação das políticas públicas implementadas e o seu real impacto socioeconômico, bem como traçar novas políticas a partir de estudo de análise de políticas públicas.

A questão agrária é dos principais fatores que estão na raiz dos problemas sociais. Desde a insuficiência da produção agrícola de abastecimento de mercados locais ao modelo precário de urbanização são frutos de um problema agrário ainda não resolvido. A superação dos principais problemas sociais que hoje afligem a sociedade santomense se dará mediante a superação do problema agrário identificado nesse estudo.

REFERÊNCIAS

- AGRIPALMA. **SOCFIN**, [S. l.], c2018. Disponível em: <https://www.socfin.com/en/locations/agripalma>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- AGUIAR, I. São Tomé e Príncipe plantas e povos: origens e consequências. *In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 6., Portugal, 2002. **Actas [...]**, Porto: FLUP, 2002.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- ANDRADE, A. L. M. S. Partilha da África. **InfoEscola**, [S. l.], c2022. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/partilha-da-africa/>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 14, p. 111-141, jun. 1999. DOI: 10.1590/S0102-69091999000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9pWSrg88KpMy7N6mY8PpBhw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- BARBOSA, J. G. **Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe**. 2001. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial) - Universidade Técnica de Lisboa, out. 2001. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/5aae5926d3a165370d4f4bcf8886faba/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- BERTHET, M. A. Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 331-351, jul.-dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/RGKP3N4W94qtvWWLGyPJ5cc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- BERTHET, M. A. São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016. DOI: 10.15448/1980-864X.2016.3.23107. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/23107>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- CARVALHO, J. G. **Economia Agrária**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015a. 246 p. ISBN 978-85-458-0010-1. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joelson-Goncalves-De-Carvalho/publication/306077741_Economia_Agraria/links/57ade58b08ae15c76cb346d2/Economia-Agraria.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.
- CARVALHO, J. G. **Economia Política e Desenvolvimento**: um debate teórico. 1. ed. Grupo de Pesquisa Ideias, Intelectuais e Instituições: UFSCar, 2015b. ISBN 978-85-6917205-5.
- CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo**: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2011. Disponível em:

https://www.academia.edu/14135345/Quest%C3%A3o_Agr%C3%A1ria_e_Assentamentos_Rurais_no_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo_o_caso_da_Regi%C3%A3o_Administrativa_de_Ribeir%C3%A3o_Preto. Acesso em: 05 jun. 2022.

CRAVO, C. et al. **Estudo diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe**. Lisboa: ACEP, 2011. ISBN 978-989-96229-4-4. 57 p.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. *In*: CARVALHO, M. C. B.; ROXO, C. B. (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-42.

ESPÍRITO SANTO, S. N. **Programa de Ajustamento Estrutural, Produção e Segurança Alimentar na África Sub-Sahariana: Caso Específico de S. Tomé e Príncipe**. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia Agrônômica) - Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

FAO/UNA. Compendio de síntesis teórico-metodológicas de aplicación sistémica a realidades agrárias. *In*: Seminário Regional Diagnóstico de Sistemas Agrários, 1995. **Anais [...]**, San José: Autor, 1995.

FORTE de São Sebastião - São Tomé. **TripAdvisor**, [S. l.], c2022. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g294442-d3907187. Acesso em: 06 jun. 2022.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5-19, ago. 1992. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643307/10831>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GO Traveling. **Pinterest**, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.pinterest.com%2Fpin%2F567946202978872183%2F&psig=AOvVaw0UtWMQFDgE4LABQDEyD0RY&ust=1628687049153000&source=images&cd=vfe&ved=0CAsQjRxqFwoTCMir-qHCpvICFQAAAAAdAAAAABAL>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GOMIDE, A. Á.; PIRES, R. R. C. **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2014. ISBN 978-85-7811-199-1.

GONÇALVES, J. C. **Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento**. 2015. 210 p. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GONZALEZ, R. S. O Método Comparativo e a Ciência Política. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 2, n. 1, jan.-jun. 2008.

GROPPO, P. **Diagnóstico de sistemas agrários: uma metodologia operativa**. Santiago do Chile: FAO-GIA-INPROA, 1991.

INDEPENDÊNCIA de São Tomé e Príncipe. **O Leme**, [S. l.], c2022. Disponível em: <https://www.leme.pt/magazine/efemerides/0712/sao-tome-e-principe.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

KHALIL, B. E. **A territorialização da luta pela terra na capital da tecnologia**: a trajetória de luta dos assentados no PDS Santa Helena/SP. 2016. Monografia (Conclusão de Curso de Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LITORAL. **Pinterest** [S. l.], 2014. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/348958671099376140/>

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, O. Covid-19 afecta a pesca artesanal em São Tomé e Príncipe. **Voa Português**, [S. l.], 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/covid-19-afecta-a-pesca-artesanal-em-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe/5812209.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MENDOSA, D. **Gênese da política de assistência social do governo Lula**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MIRANDA, L. C. et al. Agricultura Sãotomense e sua perspectiva no século XXI: uma análise socioambiental da ilha do Príncipe - São Tomé e Príncipe, África. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 3, n. 6, spe., p. 463-473, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1960>. Acesso em: 05 jun. 2022.

NASCIMENTO, A. As ONG em São Tomé e Príncipe: entre a afirmação da sociedade civil e a emulação do clientelismo nas práticas Políticas. *In: Assembleia Geral: Governar o Espaço Público Africano*, 12., 2008. **Anais [...]**, Youndé, Cameroun, 07-11 dez. 2008. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9657/1/Augusto_Nascimento-2.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

NASCIMENTO, A. Escravatura, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral, **Africana Studia**, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n. 7, p. 183-217, 2004. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/download/7158/6577>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ORLANDI, F. del B. **Cadeia de valores do cacau em São Tomé e Príncipe**. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Alimentar) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4172/1/Tese.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PORTUGAL. **Decreto-lei 1/2019, de 10 de Janeiro de 2019**. Diário da República n.º 7/2019, Série I, p. 90-93, 10 jan. 2019. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/3580632/decreto-lei-1-2019-de-10-de-janeiro>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PRAIA dos Tamarindos. **PockeTropics**, [S. l.], 18 set. 2015. Disponível em: <https://pocketropics.wordpress.com/2015/09/18/praias-dos-tamarindos-2/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

QUARESMA, E. S. **Economia Açucareira: São Tomé e Príncipe** (século XVI ao XVII), 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05042017-091736/publico/2017_ElvanderDosSantosPedroQuaresma_VCorr.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022. DOI10.11606/D.8.2017.tde-05042017-091736.

RIZZI, K. R. **O grande Brasil e os pequenos PLOP: A Política Externa Brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54081/000851129.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SANCHES, E. R. Partidos e Democracia: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspectiva comparada. *In: Congresso de Estudos Africanos*, 7., Lisboa, 2010. **Anais [...]**, ISCTE, Lisboa, 14 fev. 2011. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2270/1/CIEA7_13_SANCHES_Partidos%20e%20Democracia.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

SANTOS, A.; CARVALHO, J. G. Agricultura camponesa, produção agrícola e reprodução material: um estudo sobre os camponeses de Monte Café em São Tomé e Príncipe. *In: Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais*, 8., Araraquara, 2018. **Anais [...]**, UNIARA: Araraquara, 6-8 jun. 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/6A/9_Ayolse_Santos.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

SÃO TOMÉ and Príncipe. **Central Data Core**, [S. l.], c2022. Disponível em: <https://www.centraldatacore.com/reference/world-view/africa/sao-tome-and-principe/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SÃO TOMÉ e Príncipe – verdadeira tranquilidade. **Turismo de São Tomé e Príncipe**, São Tomé e Príncipe, c2021. Disponível em: <https://visitsaotomeprincipe.st/pt>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SEIBERT, G. A Questão da Origem dos Angolares em São Tomé. **Brief Papers nº5/98**, CEaA, Lisboa, 1988.

SEIBERT, G. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. **Anuário Antropológico/2014**, Brasília, UnB, v. 40, n. 2, p. 99-120, 2015.

SEIBERT, G. São Tomé e Príncipe: Instabilidade Política e Crise Econômica num Micro-Estado Insular. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, n. 122, p. 1-22, jul. 1998. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/122.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SEM, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2007.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SOUSA, E. G. C. **As roças face aos desafios de modernização e desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe, as potencialidades da roça “Água e Izé”**: Estudo de caso. 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009. Disponível em: http://www.urbanismo-portugal.net/files/upload/Docente_Urbanismo/dissertacao_final.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

SOUZA, M. C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

SPOSATTI, A. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileira: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2017.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

TEMUDO, M. P. De serviçal a camponês: A persistência das desigualdades sociais em São Tomé e Príncipe. **Lusotopie**, v. 15, n. 2, p. 71-93, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/598>. Acesso em: 06 jun. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ANEXO A – TABELAS DE PROJETOS ECOSISTEMAS E BIODIVERSIDADE STP

Tabela A1 - Principais Projetos ecossistemas e biodiversidade STP: Agricultura, Agricultura e Biodiversidade; Agricultura; Gestão Florestal.

(continua)

Título	Orçamento (USD)	Financiamento	Implementação	Período	
Agricultura					
Recenseamento geral da agricultura	\$1 310 000,00	União Europeia	FAO / MAPDR	06/2021	12/2023
Promoção da produção de alimentos locais, em resposta ao Covid-19 (TCP/STP/3803)	\$299 000,00	FAO (Programa Regular)	FAO / MAPDR	05/2021	2021
Apoio às Fileiras Agrícolas de Exportação de São Tomé e Príncipe	\$593 000 000,00	União Europeia (93%)	IMVF	16/03/2021	15/03/2025
“Sabor do Pão de São Tomé e Príncipe”	\$300 000,00	BP EXPLORATION (STP) LIMITED (100%)	FLUTA NON, FENAPA, Zatona ADIL	01/2021	
Cadeia de Valor	\$15 000 000,00	PNUD	Ministério de Agricultura, Pescas, e Desenvolvimento Rural	2021	2022
Projeto de apoio à determinação das características dos solos agrícolas de São Tomé e Príncipe (TCP/STP/3802/C1)	\$67,00	FAO (Programa Regular)	FAO / MAPDR	08/2020	2020
COMPRAN - Projecto de Comercialização, Produtividade e Nutrição	\$102 000 000,00	FIDA, OIT, Gov-STP, Funda para Adaptação Climática,	Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento	2020	2026
Projeto de apoio à capitalização e valorização de produções hortícolas para a segurança alimentar e nutricional em São Tomé e Príncipe (TCP/STP/3705)	\$234 000,00	FAO (Programa Regular)	FAO / MAPDR	05/2019	2019

Tabela A1 - Principais Projetos ecossistemas e biodiversidade STP: Agricultura, Agricultura e Biodiversidade; Agricultura; Gestão Florestal.

(continua)

Título	Orçamento (USD)	Financiamento	Implementação	Período	
Agricultura					
Apoio ao reforço de capacidades institucionais e operacionais do Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR) de São Tomé e Príncipe (TCP/STP/3703)	\$250 000,00	FAO (Programa Regular)	FAO / MAPDR	05/2019	04/2021
A sociedade civil na consolidação da governança multiores da segurança alimentar e nutricional em São Tomé e Príncipe	\$8 146 000,00	União Europeia (75%)	IMVF, ACTUAR e ADAPA	02/11/2018	31/12/2021
PRIASA II - Projecto de Reabilitação de Infraestruturas para Apoio à Segurança Alimentar	\$20 240 000,00	Fundo de Desenvolvimento Africano e Fundo para o Ambiente Mundial	Alisei e Qua tela	2017	2021
PRIASA II - Projecto de Reabilitação de Infraestruturas para Apoio à Segurança Alimentar	\$20 240 000,00	Fundo de Desenvolvimento Africano e Fundo para o Ambiente Mundial	Ministério de Agricultura, Pescas, e Desenvolvimento Rural	15/07/2015	31/12/2021
COMPRAN - Projecto de Comercialização, Produtividade e Nutrição		GEF, Privado, Beneficiários	Sustentável		
« Fornecendo atividades de capacitação ao Centro de Formação em Agricultura Familiar Sustentável da CPLP (TCP/INT/3708 (D))	\$392 000,00	FAO (Programa Regular)	FAO / MAPDR	09/2019	2019
Biodiversidade - Melhorar a Conservação da Biodiversidade e a Gestão Sustentável da Terra e dos Recursos Naturais	\$48 000 000,00	GEF & UNDP	DGA DFB, RAP, BirdLife	2021	2026

Fonte: Adaptado a partir dos dados fornecidos pelo MAPDR

Tabela A1 - Principais Projetos ecossistemas e biodiversidade STP: Agricultura, Agricultura e Biodiversidade; Agricultura; Gestão Florestal.

(continua)

Título	Orçamento (USD)	Financiamento	Implementação	Período	
Agricultura e Biodiversidade					
Paisagem - Melhorar a utilização e a gestão das terras e dos recursos naturais através de uma abordagem integrada de gestão da paisagem, contribuindo para o acesso sustentável aos alimentos, o rendimento e a preservação dos ecossistemas do Parque Natural Obô e das florestas de Elevado Valor de Conservação de São Tomé	\$402 000 000,00	União Europeia (70%)	Oikos, BirdLife, Zatona Adil	01/03/2021	31/10/2025
Agricultura e Gestão Florestal					
Tesouros d'Obô - Implementação de Sistemas Agroflorestais em terras degradadas de S. Tomé e Príncipe, e desenvolvimento de produtos florestais não lenhosos (PFNL) em Angola e S. Tomé e Príncipe para melhorar a geração de rendimentos e a segurança alimentar	\$995 000,00	União Africana (80%)	Universidade de Coimbra	06/2018	
Gestão florestal					
“Promoção da energia hidroelétrica de forma sustentável e resiliente ao clima através de uma abordagem que integra gestão de terra e florestas. PFNL “SOS Obô”, “Ação integrada de valorização e processamento de produtos locais florestais não-lenhosos (fase piloto 1 e 2)	\$94 000,00	GEF (100%)	DGA, DFB, Alisei ong	2020	2022

Fonte: Adaptado a partir dos dados fornecidos pelo MAPDR

Tabela A1 - Principais Projetos ecossistemas e biodiversidade STP: Agricultura, Agricultura e Biodiversidade; Agricultura; Gestão Florestal.

(conclusão)

Título	Orçamento (USD)	Financiamento	Implementação	Período	
Gestão florestal					
Apoio ao desenvolvimento de atividades rurais para melhorar a segurança alimentar e nutricional e as cadeias de valor dos PFNL em São Tomé e Príncipe.	\$200 000,00	FAO	Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural	09/2019	12/2021
Outro					
Desenvolvimento sustentável das cadeias de valor da pesca e da aquacultura nos países ACP (GCP/GLO/028/EC - FISH4ACP)	\$500 000,00	União Europeia	FAO/MAPDR	01/2020	2020
\$1 213 200 067,00					

Fonte: Adaptado a partir dos dados fornecidos pelo MAPDR

Tabela A2 - Principais Projetos ecossistemas e biodiversidade STP: Biodiversidade; Gestão Ambiental.

(continua)

Título	Orçamento (USD)	Financiamento	Implementação	Período	
Biodiversidade					
PROGRAMA TATÔ – Conservação das Tartarugas Marinhas e dos Ecossistemas Marinhos e Costeiros	\$306 000,00	U.S.Fish and Wildlife Service, Oceanário de Lisboa, Tusk Conservation, Sector privado	Associação Programa Tatô, MARAPA	Contínuo	
Monitorar os mamíferos introduzidos - uma ameaça fundamental para o tordo do Príncipe gravemente ameaçado	\$78 000,00	Mohamed bin Zayed Species Conservation Fund	Fundação Príncipe	01/09/2020	31/12/2021
Tomando a ação pelas espécies de árvores ameaçadas do Príncipe	\$147 000,00		Fauna & Flora International (coord.) Função Príncipe	1/10/2019	1/10/2022
Caracterização da Flora Ameaçada de São Tomé e Príncipe	\$228 000,00	CEPF	Missouri Botanical Garden	05/01/2019	12/31/2021

Tabela A2 - Principais Projetos ecossistemas e biodiversidade STP: Biodiversidade; Gestão Ambiental.

(conclusão)

Título	Orçamento (USD)	Financiamento	Implementação	Período	
Biodiversidade					
“Save the São Tomé Giant Snail: Learning and Teaching to Preserve” dito “Gigante da Floresta”	\$25 000,00	CEPF	Alisei, A. Monte Pico, Universidade de Lisboa	10/2018	02/2022
“Save the São Tomé Giant Snail: Learning and Teaching to Preserve” dito “Gigante da Floresta”	\$31 000,00	Alisei / Privados	Alisei, DFB	10/2018	02/2022
Estabelecimento de uma rede de áreas marinhas protegidas em São Tomé e Príncipe através de uma abordagem de cogestão	\$316 000 000,00	Blue Action Fund (75%); Arcadia	Fauna & Flora International (coord.) Fundação Príncipe Oikos Marapa	01/10/2018	30/09/2023
Implementação do Plano de Acção para o Tordo do Príncipe, Criticamente Ameaçado de Extinção	\$100 000,00	CEPF – Critical Ecosystem Partnership Fund	Fundação Príncipe, Fauna & Flora International	01/07/2018	31/03/2021
ECOFA6 – Biodiversidade e Ecossistemas “Parques Naturais Obô de São Tomé e de Príncipe”	\$28 000 000,00	União Europeia (88,12%)	BirdLife, Oikos, PTRS, SPEA, RSPB	01/12/2017	30/09/2022
Gestão florestal					
Seabirds of Príncipe	NA				
Gestão Participativa para evitar Deflorestação com Base Comunitária no Parque Natural Obô de São Tomé	\$296 000,00	CEPF	RSET - associação técnico-científica para o desenvolvimento	07/01/2018	6/30/2021
\$345 211 000,00					

Fonte: Adaptado a partir dos dados fornecidos pelo MAPDR

Tabela A3 - Principais Projetos ecossistemas e biodiversidade STP: Empreendedorismo; Energia; Engenharia do ambiente; Gestão Florestal; Outros.

(continua)

Título	Orçamento (USD)	Financiamento	Implementação	Período	
Empreendedorismo					
Plataforma de Empreendedorismo Jovem	\$15 000 000,00	PNUD	Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo	2020	2021
Energia					
Muala +	\$187 000,00	PNUD, UNICEF, OIT	Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo	2020	2021
ETISP - Programa de Transição de Energia e Apoio Institucional	\$152 000 000,00	Fundo de Desenvolvimento Africano	EMAE – Empresa de Água e Electricidade	20/05/2020	31/12/2024
Engenharia do ambiente					
Projeto de Recuperação do Setor Elétrico	\$29 000 000,00	Banco Europeia de Investimento (45%, empréstimo) & Banco Mundial (55%)	AFAP - Agência Fiduciária de Administração de Projetos EMAE	05/07/2016	28/06/2024
RHEDES - Reforço Holístico para o Desenvolvimento sustentável	\$268 000 000,00	União Europeia (95%)	Consórcio de la Ribera (Espanha), Câmara Municipal de Mosteiros (Cabo Verde), Câmara Distrital de Água Grande	01/03/2021	31/08/2023
Gestão florestal					
Gestão Participativa dos mangais de Malanza e Praia das Conchas em São Tomé	\$207 000,00	CEPF	Oikos - Cooperação e Desenvolvimento	05/01/2019	12/31/2021
Mudanças climáticas					
TRI - Restauração da paisagem para a funcionalidade dos ecossistemas e mitigação das mudanças climáticas na RDSTP	\$46 000 000,00	GEF	FAO / DFB CECAQ 11, Alisei, Ong, OSC, Comunidades locais	2019	2023

Tabela A3 - Principais Projetos ecossistemas e biodiversidade STP: Empreendedorismo; Energia; Engenharia do ambiente; Gestão Florestal; Outros.

(conclusão)

Título	Orçamento (USD)	Financiamento	Implementação	Período	
Gestão florestal					
Cumprindo a Promessa Climática em STP	\$984 000,00	UNDP/CAEP (69%), Climate Promise (22%), NDC Partnership (9%)	Direção Geral de Ambiente	10/04/2020	31/12/2021
Outro					
WACA - Projeto de Investimento Resiliente na Área Costeira da África Ocidental	\$15 145 000 000,00	IDA (53%) GEF (47%)	DGA – Direção Geral do Ambiente INM, CONPREC, Direção de Pescas, Capitânia, ONG MARAPA, AFAP	20/07/2018	31/12/2023
Apoio à preparação de um Plano Nacional de Investimento, ao reforço da governação e ao desenvolvimento de um programa de transição plurianual para a Economia Azul em STP	\$253 000,00	FAO (Programa Regular)	FAO / Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul	05/2021	12/2022
Medidas urgentes de mitigação do impacto do COVID19 nos setores económicos e sociais mais afetados”	\$154 000,00	União Europeia (80%)	Alisei, AST, PTRS, DGTH	15/09/2020	31/05/2021
Mentoria e Formação específica de cada país para fortalecer a sociedade civil da África Ocidental Organizações da Sociedade de Libéria e São Tomé e Príncipe	\$250 000,00	CEPF	Fauna & Flora International	01/11/2019	30/09/2021
\$15 657 035 000,00					

Fonte: Adaptado a partir dos dados fornecidos pelo MAPDR